

Direitos Já amplia debate pela democracia

General Santos Cruz: "as FFAA não vão se envolver em política"

Governo do Estado de SP



Doria: "Invasão de hospitais terá punição criminal"

"Lamentavelmente, uma figura da República incitou outras invasões", disse o governador, em referência ao discurso de Bolsonaro. "Quero dizer que invadir é crime e agredir é crime. Se houver qualquer outra tentativa de invasão de hospitais, sejam de campanha ou de qualquer outra natureza, a segurança pública saberá agir. E também faremos a criminalização desses invasores, parlamentares ou não", salientou o governador, em entrevista coletiva na segunda-feira (15). No último dia 4, um grupo de deputados estaduais tentou entrar no Hospital de Campanha do Anhembi sem autorização gerando tumulto. Entre os parlamentares estavam Adriana Borgo (Pros), Marcio Nakashima (PDT), Leticia Aguiar (PSL), Coronel Telhada (PP) e Sargento Neri (Avante). Durante a coletiva, o governador ainda manifestou apoio ao STF que, no final de semana, foi alvo de ataques bolsonaristas. "O Brasil não vai virar uma ditadura fascista", disse Doria. **Página 4**



Reprodução



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

"Quem exerce o poder moderador em nosso país é a Constituição"

As "FFAA não tem nada a ver com o que está acontecendo. Puxaram essa conversa de intervenção militar por conveniência", afirmou o general Santos Cruz no debate que abordou os passos comuns que podem ser dados na defesa da democracia. Conduzido

pelo sociólogo Fernando Guimarães, coordenador do movimento "Direitos Já", o debate reuniu no sábado (13) também o deputado Alessandro Molon (RJ), líder do PSB na Câmara, o apresentador de TV e empresário Luciano Huck e a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva (Rede). **Página 3**



Intermediado por Fernando Guimarães, o debate reuniu Santos Cruz, Molon, Marina Silva e Luciano Huck

"Desigualdade social no país é imoral", diz Luciano Huck

"Há falta de liderança num momento em que o país mais precisava de uma. A negação da ciência, a negação da pandemia, a negação de tudo, é angustiante", afirmou Huck. **P. 3**

Marina: "governo revela desprezo pela democracia"

Para a ex-senadora Marina Silva, "esse é um governo que não respeita os direitos humanos, é um governo majoritariamente negacionista, que nega o princípio da realidade". **P. 3**

Molon: "há muitas convergências"

"É importante desenhar aquilo que nos une: somos democratas, pessoas comprometidas com a democracia. O Brasil está precisando do nosso esforço", afirmou Molon. **P. 3**

Mendonça de Barros defende mais estímulos para enfrentar a crise

Polícia prende Sara Giromini e mais cinco por agressão ao STF

A Polícia Federal prendeu na manhã da segunda-feira (15) Sara Fernanda Giromini e mais cinco integrantes do grupo fanático "300 do Brasil", que se mantinha acampado até o último sábado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O mandado foi autorizado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. Conhecida como Sara Winter - nome escolhido em homenagem à espiã nazista, amiga íntima de Adolf Hitler - a miliciana já havia ameaçado os ministros do STF, além de participar do ataque com fogos de artifício à sede da Corte na noite de sábado. **Página 3**



EUA: Chefe do Estado-Maior se desculpa por participação de encenação com Trump

O chefe do Estado-Maior Conjunto das forças armadas dos EUA, general Mark Milley, pediu desculpas por aparecer na célebre foto da caminhada para que Donald Trump posasse com uma Bíblia na porta de uma igreja. **Página 7**

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do Conselho da Foton Brasil, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações dos governos de Fernando Henrique Cardoso, defendeu que o governo e o Congresso Nacional iniciem imediatamente a discussão de um novo pacote de estímulos para a economia. Mendonça de Barros concorda com a avaliação da OCDE de que a economia do Brasil terá um crescimento negativo de 7,4% em 2020 e que, para ter alguma recuperação em 2021, "será necessária a definição de um segundo pacote de estímulos fiscais de "cunho keynesiano" para fortalecer a recuperação da atividade econômica na parte final de 2020". **Pág. 2**

Maio teve 960 mil pedidos de seguro-desemprego

Brasil precisa de novas medidas de incentivo para enfrentar crise, diz Mendonça de Barros

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do Conselho da Foton Brasil, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações dos governos Fernando Henrique Cardoso, defendeu, na segunda-feira (15), em artigo publicado no jornal Valor Econômico, que o governo e o Congresso Nacional iniciem imediatamente a discussão de um novo pacote de estímulos para a economia.

Mendonça de Barros concorda com a avaliação da OCDE de que a economia do Brasil terá um crescimento negativo de 7,4% em 2020 e que, para ter alguma recuperação em 2021, “será necessária a definição de um segundo pacote de estímulos fiscais de cunho keynesiano para fortalecer a recuperação da atividade econômica na parte final de 2020”.

O economista cita como exemplos do que o Brasil deve adotar as decisões do FED de comprar títulos do Tesouro americano e manter juros zero por mais três anos e as medidas anunciadas pela chanceler alemã Angela Merkel de lançar um pacote de 130 bilhões de euros em cortes de impostos e aumentos de gastos para aumentar a demanda. Ele chama a atenção de que o estímulo vale quase 4% do produto interno bruto alemão.

“Volto a refletir sobre a linha do tempo proposta por mim para acompanhar a crise econômica que vivemos já há mais de 3 meses. No período de 60 dias, a evolução dos principais eventos que dela fazem parte consolidaram as minhas expectativas: uma grande recessão – na verdade uma depressão econômica – neste ano, seguida de uma recuperação parcial do PIB perdido por conta da pandemia em 2021. Somente em 2022 teremos de volta o crescimento cíclico das principais economias de mercado”, afirma Mendonça de Barros.

Tendo como referência um conjunto de previsões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de que “a economia global sofrerá a maior contração em tempos de paz em um século”, com a economia global se contraindo 6% este ano, com uma recuperação parcial em 2020 com um crescimento de 5,2%. Para a China, o organismo prevê uma contração de 2,6% este ano, seguida de uma expansão de 6,8% em 2021. Será a única das grandes economias do mundo a ter, neste período de dois anos, um saldo positivo médio de crescimento econômico. Para o Brasil os números esperados são um crescimento negativo de 7,4% em 2020 e um crescimento de 4,2% em 2021.

“Mas a volta do crescimento em 2021 não será suficiente para compensar as perdas da grande depressão deste ano e as economias acompanhadas pela OCDE entrarão em 2022 ainda com um PIB inferior ao realizado em 2019. Como está dito acima, a única exceção será a economia chinesa que deve chegar a 2022 com um PIB 4% maior do que o de antes da pandemia, um crescimento neste período 7,5% maior do que o dos Estados Unidos”.

“Ou seja, a crise da covid-19 tem uma dimensão maior do que a grande depressão dos anos 30 do século passado. A gravidade do quadro econômico para os próximos anos – que agora é conhecido por todos – fica clara nestas declarações do comitê de política monetária do Fed em sua recente reunião da semana passada”.

“Para apoiar o fluxo de crédito para famílias e empresas, nos próximos meses, o Federal Reserve aumentará sua compra de títulos do Tesouro e em títulos lastreados em hipotecas residenciais e comerciais, para sustentar o bom funcionamento do mercado, promovendo assim uma transmissão eficaz de política monetária para condições financeiras mais amplas”, afirmou o Comitê Federal de Mercado Aberto em comunicado, após dois dias de reunião política. Além disso, disse que os juros vão continuar a zero pelos próximos três anos”, ressalta o economista.

Mendonça de Barros cita a Alemanha que, “derrubando anos de ortodoxia fiscal tornou-se o primeiro grande país europeu a anunciar um estímulo pós-coronavírus. Certamente os outros países vão aproveitar este caminho aberto pela Alemanha e criar também os seus programas de estímulo”.

Ele destacou o pacote de 130 bilhões de euros em cortes de impostos e aumentos de gastos para aumentar a demanda, incentivando os alemães a gastar, um regime de subsídios às pequenas empresas, investimentos para pagamentos de seguridade social, ajuda a municípios e às famílias no valor de 300 euros por criança.

Leia a íntegra do artigo de Mendonça de Barros no site do HP: <https://horadopovo.com.br/brasil-precisa-de-novos-estimulos-para-enfrentar-a-crise-diz-mendonca-de-barros/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 1400 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Especialistas defendem na Câmara prorrogação do auxílio emergencial



Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, Monica de Bolle, Rogério Barbosa, Tereza Campello, Marcelo Reis e Paola Carvalho

Reduzir auxílio de R\$ 600 vai agravar ainda mais a crise, afirmam economistas da UFMG

Em nota técnica, economistas do Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar da UFMG afirmam que a manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 é fundamental para amortecer os efeitos da crise econômica.

O estudo se contrapõe à equipe econômica e a Jair Bolsonaro, que já se manifestaram contra a extensão do benefício, conforme discute a Câmara dos Deputados, alegando que os cofres públicos não têm recursos. Bolsonaro afirmou que quer cortar o benefício pela metade e estendê-lo por dois meses apenas, após inúmeras tentativas de sabotar o pagamento para as 107 milhões de pessoas inscritas, das quais apenas 59 milhões foram aprovadas.

“Não dá para tirar, nem diminuir o valor do benefício agora. É um tiro no pé do ponto de vista da vida das pessoas, do trabalho e do próprio governo que vai ter ainda mais dificuldade em fazer o país sair da recessão”, afirma Débora Freire, economista e uma das pesquisadoras do Cedeplar.

“O auxílio tem impacto sobre as contas públicas porque quando a atividade econômica cai o governo arrecada menos, e quanto mais houver consumo



as empresas pagam mais impostos. Ou seja, quanto mais tempo o auxílio for pago, mais vantajoso será para a economia brasileira”, completa Débora, justificando que ao deixar as famílias sem renda, ou com uma renda inferior, haveria queda de consumo e por consequência, o aprofundamento da recessão.

“Ao manter parte do consumo com o auxílio, as atividades produtivas se ajustam para atender a demanda, mantendo empregos, impactando na arrecadação de impostos e isto também é sentido nas classes mais altas porque são elas que recebem os benefícios da produção”, explica a professora de economia da UFMG.

“O problema econômico do Brasil é um problema

social e reduzir o valor do auxílio emergencial aprofundará ainda mais esse quadro”, afirma Ana Luiza Oliveira, também economista do Cedeplar.

“Muito se fala do custo de manter a política até o fim do ano, mas a gente precisa pensar no custo líquido. Sem o benefício, a atividade econômica vai cair mais, e aí a gente tem impactos nas contas públicas da mesma forma”, afirma Débora, que diz que o custo de manutenção da política pode ser três vezes maior, mas os benefícios tendem a ser cinco vezes maiores em termos de PIB e arrecadação do governo. “As famílias usam esses recursos para pagar aluguel, comprar comida, pagar contas. O auxílio pode ajudar a mitigar os impactos da crise”, ressalta a economista.

Novaes volta a defender privatização do BB e descarta ajudar “pequeninho”

Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil, voltou a defender a privatização do histórico banco do povo brasileiro em audiência na Comissão Mista de Acompanhamento das Medidas de Combate à Covid-19 do Congresso Nacional.

Não é a primeira vez que Novaes, escalado por Bolsonaro para desmontar o banco público, “confessa seu sonho” de “vender a porra do Banco do Brasil”, como defendeu o ministro Guedes na reunião ministerial do dia 22 de abril. “Hoje o Banco do Brasil já tem 50% das suas ações em mãos privadas. E só vender mais um pouco que virá uma instituição privada. Vamos fazer do BB uma corporation. Muitos sócios”, disse Novaes a deputados e senadores na segunda-feira (8).

Em sua fala, Novaes atacou os servidores do Banco do Brasil, dizendo que está amarrado no “setor público”, que preferia contratar profissionais de fora e não pode. “Não podemos pinçar no mercado uma pessoa para cumprir determinada tarefa”, reclamou.

Defendeu também a transformação do banco em “uma empresa de tecnologia que presta serviços e corre riscos bancários”. “É pensando no benefício do banco que falo em privatização”, declarou.

Segundo ele, benefício do banco é buscar “atividades em que se remunera me-



Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil

lhor”, nesse sentido, ajudar os “desesperados” diante da pandemia da Covid-19, nem pensar.

O senador Espiridiano Amin (PP-SC) destacou que no dia 3 de abril o governo editou uma Medida Provisória de R\$ 40 bilhões. No dia 5 de junho, apenas R\$ 2,4 bilhões foram aplicados, ou seja, em dois meses, apenas 6% da execução da concessão do crédito, “em dois meses de pandemia, de aflição, depois de regulada”.

Novaes reclamou do banco ter que ajudar os micro, pequenos e médios empresários na pandemia que buscam crédito. Segundo ele, não se trata de uma demanda “saúdável”. “Não é a demanda para produzir, uma demanda para vender, para investir, é a demanda dos desesperados”.

Para ele, “é muito difícil” atingir o microempresário. “Geralmente não compensam para o sistema bancário. É muito difícil atingir o pequeninho. O custo de servir, o

“Não existe nesse momento de crise humanitária responsabilidade fiscal sem responsabilidade social. O auxílio emergencial tem que ir pelo menos até dezembro”, afirmou Monica de Bolle no seminário dirigido pelo deputado Rodrigo Maia

“Neste momento, em que tanto precisamos que o Auxílio Emergencial permaneça conosco, que continue essa política, pelo menos, durante a duração do Estado de Calamidade Pública, estamos falando em renovar esse benefício por apenas dois meses. Não faz o menor sentido! O responsável fiscalmente e o responsável socialmente é haver a renovação do benefício, pelo menos, pelo período de calamidade pública”, defendeu a economista Monica de Bolle, no seminário promovido pela Câmara dos Deputados sobre a prorrogação da renda emergencial destinada a amenizar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19.

Monica de Bolle é pesquisadora Sênior do Peterson Institute for International Economics em Washington e é uma expoente da corrente neoliberal, que durante décadas defendeu a prioridade para as políticas de ajuste fiscal e redução Estado, e que, agora, junto com vários outros economistas desta mesma corrente, reavalia a situação e defende mudanças de rumos. Ela propõe uma ação energética do Estado com a elevação dos investimentos públicos e dos gastos sociais.

Bolsonaro anunciou, após reunião ministerial dia 9 de junho, que vai renovar o Auxílio Emergencial de R\$ 600 por apenas dois meses, reduzido seu valor à metade. O presidente ameaçou vetar qualquer alteração que a Câmara venha a fazer neste valor. A Câmara dos Deputados, por sua vez, chamou economistas para aprofundar o debate sobre as melhores alternativas para enfrentar a crise que o país já está vivendo e que tende a piorar.

CRISE É DE SAÚDE PÚBLICA

Mônica de Bolle destacou que a atual crise que o país vive “não é econômica, é uma crise de saúde pública”, disse. “É sendo uma crise de saúde pública, as medidas econômicas que vêm sendo adotadas, principalmente o Auxílio Emergencial, vêm para dar sustentação a uma crise de saúde pública que tem efeitos muito desiguais sobre a população”.

“Não tem vacina, não tem tratamento. Portanto, essa crise, do jeito que ela está se manifestando e do jeito que ela vai continuar a se manifestar, vai continuar a vitimar, precisamente, as pessoas que o governo acabou de identificar e ficou surpreso com o número, e pessoas informais que existem na economia, essa crise vai continuar a afetar justamente essas pessoas”, destacou.

“Nós temos decretado um Estado de Calamidade Pública até o dia 31 de dezembro de 2020. O que significa que o governo, pelo menos, acha que o grau de calamidade ou a situação de calamidade vai até 31 de dezembro de 2020, por que a gente está falando em renovar o benefício por apenas dois meses?, questionou a especialista.

“Nesse contexto, a gente falar em responsabilidade fiscal sem falar em responsabilidade social é uma maneira extremamente estreita de olhar para um problema que é muito mais amplo do que essa noção estrita de responsabilidade fiscal. Não existe nesse momento de crise humanitária responsabilidade fiscal sem responsabilidade social. Responsabilidade social passa por conectar os pontos e traçar a seguinte lógica: se a calamidade vai até dezembro, o auxílio emergencial tem que ir pelo menos até dezembro também”, afirmou Monica de Bolle.

Para a economista, diante do quadro econômico anterior à pandemia e com os efeitos econômicos e sociais que o vírus provoca no País, o Brasil se encontrará em um quadro de depressão econômica profunda, e por decorrência disto, a crise continuará a vitimar os trabalhadores informais.

“Esses efeitos desiguais já poderiam há muito ter sido mapeados pelo governo, porque afinal de contas não é segredo o aumento para ninguém, que acompanha os dados divulgados do IBGE, os dados da PNAD, os dados do Censo Pop Rua, enfim, o enorme arsenal de dados microeconômicos que nós temos no País. Não é segredo para ninguém, porque a população de informais, o grau de informalidade que nós temos no país, e sempre foi alto, mais alto ficou desde a recessão de 2015 e de 2016 e, em particular, dado o crescimento extremamente lento da economia que vimos em 2017, em 2018, em 2019, e que provavelmente veríamos novamente em 2020 se não fosse a epidemia. Com a epidemia, o que nós vamos ver em 2020 é uma profunda recessão, muito além das contas que o governo hoje nos apresenta para retração do PIB”, enfatizou Monica.

“Em todos esses indicadores já está evidente a desigualdade tal qual ela se manifesta em termos do impacto da epidemia e da crise econômica dela decorrente sobre a população vulnerável, que inclui pobres e pessoas que hoje não têm acesso ou não tinham acesso, pelo menos antes do auxílio emergencial, a políticas de proteção social, porque são essas pessoas, e quem acompanha esses dados sabe disso, que entram e saem a todo tempo da informalidade”, enfatizou.

“Diante desse quadro e diante do quadro que essa crise apresenta, essa crise provoca, pela própria natureza dela, por ser uma crise de saúde pública, um quadro de depressão econômica, não à toa acabamos de ver revisões do PIB brasileiro, projeções para 2020, feitas pelo próprio Banco Mundial, pelo OCDE, que já falam numa retração muito severa do PIB, um quadro de depressão mesmo, principalmente porque o país está com uma epidemia descontrolada. Então, isso é um fator de extrema relevância, porque o que determina o andar da economia hoje é o vírus. Isso eu tenho dito já há vários meses, que deveria ter ficado mais evidente e muito mais celeridade do que ficou para o governo brasileiro”, analisou.

O evento promovido pela Câmara, na quarta-feira (10), com a presença do presidente da Casa, Rodrigo Maia, debateu a importância da renda emergencial e os desafios da seguridade social no contexto da pandemia de Covid-19.

Participaram do debate, além da economista Mônica de Bolle, Marcelo Reis Garcia, ex-secretário Nacional de Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso; Tereza Campello, ex-ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff; o pesquisador Rogério Barbosa do Centro de Estudos da Metrópole e membro da Rede Políticas Públicas & Sociedade; Paola Carvalho, assistente social e especialista em gestão de políticas públicas, e Martim Cavalcanti, secretário Executivo Adjunto do Ministério da Cidadania. magnitude que nunca vimos? Eu não entendo essa linha de raciocínio”, questionou Monica de Bolle.

Veja a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/especialistas-reunidos-com-maia-defendem-prorroacao-do-auxilio-emergencial/>

General Santos Cruz: “Poder Moderador é a Constituição”



Reprodução

Vice-presidente Hamilton Mourão
Mourão: “Forças Armadas se mantêm fiéis ao juramento de respeitar as instituições”

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que as Forças Armadas “se mantêm firmemente disciplinadas, fiéis a seu juramento sagrado de respeitar as autoridades e defender a honra, a integridade e as instituições”.

“Não tem militares fardados dando declarações políticas e participando de manifestações”, disse.

O vice-presidente acredita que os noticiários têm tratado “o tema do papel das Forças Armadas” de “forma até certo ponto preconceituosa e com os olhos postos em um passado que não volta mais”.

“As Forças Armadas estão quietas, cumprindo sua missão constitucional, e neste exato momento temos gente defendendo a integridade do território e do patrimônio nacional nas fronteiras isoladas e na Operação Verde Brasil 2”, garantiu.

“Temos outros cooperando com a paz social, distribuindo água no Nordeste e participando ativamente do combate à pandemia; os demais estão empenhados na manutenção de sua capacidade operacional”, continuou o vice-presidente.

Bolsonaristas têm tentado emplacar a interpretação manipulada do artigo 142 da Constituição que, segundo eles, dá às Forças Armadas o papel de “Poder Moderador”, como nos tempos do Império. Em parecer, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, deu uma liminar explicativa encerrando o assunto.

“A missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”, afirmou.

As declarações de Mourão vieram em resposta ao questionamento sobre o significado da nota, após decisão de Fux, na noite de sexta-feira (12), assinada por ele, Bolsonaro e o ministro da Defesa, Fernando Azevedo. Na nota, eles dizem que as “FFAA [Forças Armadas do Brasil] não cumprem ordens absurdas, como p. ex. a tomada de poder. Também não aceitam tentativas de tomada de poder por outro Poder da República, ao arripio das leis, ou por conta de julgamentos políticos”.

FUNDO AMAZÔNIA

Na quarta-feira (10), Mourão anunciou o que os recursos do Fundo Amazônia devem ser liberados dentro de três meses. O Fundo é mantido pela Noruega e pela Alemanha.

“Tivemos uma reunião extremamente proveitosa com os dois embaixadores [da Noruega e da Alemanha]. Estamos colocando uma métrica do que vem a ser o combate ao desmatamento para que resultados sejam medidos”.

“Acredito que em mais dois ou três meses os recursos do fundo serão liberados e beneficiarão projetos ligados à preservação e ao desenvolvimento sustentável da região”.

Mourão reconheceu que o governo Bolsonaro cometeu erros na condução do tema.

A postura de Jair Bolsonaro em relação ao aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia fez com que Alemanha e Noruega se retirassem do Fundo.

Além de negar o aumento do desmatamento, Bolsonaro destratou a Noruega e a acusou de aceitar caça às baleias dentro de seu território.

Ele publicou um vídeo da caça, gravado nas Ilhas Faroé, que pertencem à Finlândia, e disse que era na Noruega.

“A Noruega não é aquela que mata baleia no Polo Norte? Explora petróleo também lá? Não tem nada a dar exemplo para nós. Pega a grana e ajude a [chanceler alemã] Angela Merkel a reflorestar a Alemanha”, disse Bolsonaro.

Depois das agressões e do anúncio de Bolsonaro de que iria utilizar as doações para indenizar latifundiários desapropriados, e não para combater o desmatamento, os dois países anunciaram a suspensão dos pagamentos ao Fundo.

Desde que o Fundo Amazônia foi criado, em 2008, a Noruega foi responsável por 94% das doações, num total de R\$ 3,19 bilhões, enquanto a Alemanha doou R\$ 200 milhões. Os recursos eram administrados por uma equipe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ibaneis afasta subchefe da PM e diz que ‘ninguém vai fazer baderna em Brasília’

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), exonerou na manhã do domingo (14/06) o subcomandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), coronel Sérgio Luiz Ferreira de Souza.

A decisão está contida em decreto assinado pelo chefe do Poder Executivo do DF após um grupo de 30 pessoas ter atingido o STF com fogos de artifício na noite de sábado.

“Ele foi exonerado porque permitiu que manifestantes soltassem fogos de artifício em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). A PMDF deve servir, no mínimo, para resguardar os cidadãos e

as instituições da capital federal. Se não fez isso, errou grosseiramente”, disse o governador do DF.

“O vice-comandante deveria ter tomado as medidas corretas para não ter chegado ao ponto de jogar fogos em cima de um Poder, que é o nosso Supremo Tribunal Federal”, disse.

“Fiz e vou fazer em relação a qualquer um deles. Se jogarem fogos em cima do Executivo, eu vou tomar as providências, do Legislativo, da mesma maneira, isso é uma posição minha e eu quero que esse país cresça muito”, advertiu Ibaneis.

Integra em www.horadopovo.com.br



Reprodução

Debate foi conduzido pelo sociólogo Fernando Guimarães, no sábado (13)
Polícia Federal prende bolsonaristas que atacaram o STF com fogos de artifício

A Polícia Federal prendeu na manhã desta segunda-feira (15) Sara Fernanda Giromini e mais cinco integrantes do grupo fanático “300 do Brasil” que se mantinha acampado até o último sábado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O mandado foi autorizado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

Conhecida como Sara Winter – nome escolhido em homenagem à espia nazista, amiga íntima de Adolf Hitler – a miliciana já havia ameaçado os ministros do Supremo Tribunal Federal, além de participar do ataque com fogos de artifício à sede da Corte na noite de sábado.

Durante toda a tarde de sábado (13) o bando, de cerca de 30 pessoas, protestou desarvoradamente na Esplanada dos Ministérios por ter seu acampamento desmontado pela Polícia Militar do Distrito Federal a mando do governador, Ibaneis Rocha (MDB).

Num determinado momento, eles tentaram, inclusive, invadir o Congresso Nacional depois de subir a rampa que dá acesso à parte superior das duas casas. Foram impedidos pela polícia legislativa, acionada prontamente pelo presidente do Senado, senador David Alcolubre (DEM).

Na noite do mesmo sábado, o grupo, que foi caracterizado pelo Ministério Público do DF como “milícia armada”, organizou a encenação simbólica do ataque ao STF com fogos de artifício. Ao mesmo tempo em que atacavam a Corte os membros do grupo gritavam frases contra ministros do Supremo e contra o governador de Brasília.

Em uma entrevista à

BBC Brasil, há algumas semanas, Sara Winter reconheceu a existência de armas entre os ativistas.

“Em nosso grupo, existem membros que são CACs (sigla para Colecionador, Atirador e Caçador), outros que possuem armas devidamente registradas nos órgãos competentes. Essas armas servem para a proteção dos próprios membros do acampamento e nada têm a ver com nossa militância”, afirmou na ocasião.

Em um vídeo gravado em frente ao STF em maio, Sara conclamou manifestantes a acamparem em frente à casa do ministro do STF Alexandre de Moraes. “A gente sabe onde o Alexandre de Moraes mora, a gente vai acampar lá na frente. Pessoal de São Paulo, saiam da Alesp [Assembleia Legislativa do Estado São Paulo], acampem na frente da casa do Alexandre de Moraes”, afirmou.

Em outra oportunidade esse mesmo grupo realizou uma manifestação de apoio a Bolsonaro durante uma madrugada carregando tochas, numa imitação de um evento nazista realizado na Alemanha em 1933, que ficou conhecido como “marcha das tochas”.

A manifestação macabra alemã aconteceu alguns dias após a tomada do poder por Adolf Hitler. A única diferença entre as duas manifestações é que a marcha nazista reuniu milhares de pessoas por lá, enquanto os fascistas acampados em Brasília não passavam de 30 gatos pingados. Alguns deles, não satisfeitos em se fantasiarem só de nazistas, usaram também as roupas da Ku Klux Klan, organização racista dos EUA.

Diante de todas es-

as aberrações, o partido Democratas ao qual Sara Winter era filiada, anunciou recentemente a expulsão da militante bolsonarista de seus quadros “pelo descumprimento dos deveres éticos previstos estatutariamente”.

“É importante ressaltar que o Democratas repudia, de forma veemente, quaisquer atos de violência ou atentatórios ao Estado de Direito, ao Regime Democrático e às instituições brasileiras”, disse, em nota, ACM Neto, presidente do partido e prefeito de Salvador.

A PF agora investiga também quem estaria financiando a atuação de Sara Winter e de seu grupo que estava acampado em Brasília.

IRMAO APOIA PRISÃO

Até mesmo o irmão da bolsonarista Sara Winter, Diego Giromini, de 37 anos, comemorou nesta segunda-feira (15) a prisão da militante. “É uma pessoa totalmente descontrolada, só quer aparecer na mídia”, afirmou sobre sua irmã em entrevista à coluna Painei, do jornal Folha de S. Paulo.

Acampamento “300 do Brasil”. Personagem: Sara Winter, líder do acampamento 300 do Brasil. Local: Esplanada dos Ministérios (Foto: Cristiano Mariz)

“Como sou brasileiro e eu quero um país melhor, a notícia foi extremamente positiva”, disse o irmão de Sara Winter. Para ele, sua irmã não pode viver em sociedade e já teria prejudicado sua família, a política e o país. “É uma sociopata. Não serve para nada. Ela tem a cabeça da Suzane von Richtofen”, afirma o irmão da chefe do movimento 300 do Brasil.

Integra em www.horadopovo.com.br

Ministro da Justiça lança tese de que o povo votou em 2018 para fechar STF e Congresso

Um dia após alguns bolsonaristas ensandecidos lançarem fogos de artifício em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF), além de lançarem também ameaças aos integrantes da Corte, ao Congresso e ao governador do DF, por terem sido desalojados pela PM-DF da Praça dos Três Poderes, o ministro da Justiça, André Mendonça, afirmou em nota que “devemos respeitar a vontade das urnas e o voto popular”.

“A democracia pressupõe, acima de tudo, que todo poder emana do povo. Por isso, todas as instituições devem respeitá-lo. Devemos respeitar a vontade das urnas e o voto popular. Devemos agir por este povo, compreendê-lo e ver sua crítica e manifestação com humildade. Na democracia, a voz popular é soberana”, diz um trecho da nota, divulgada no domingo (14).

A “tese” do ministro de Bolsonaro é de que

aquela meia dúzia de fanáticos e arruaceiros que jogaram seus rojões no STF e fizeram ameaças a parlamentares e aos integrantes da Corte representam o “voto popular”. Ele propugna também que devemos “ver suas críticas com humildade”.

Como se o povo tivesse votado em 2018 para fechar o Congresso e o STF.

A população, que vem buscando incansavelmente os caminhos para que o Brasil prospere e para que seus problemas seja resolvidos, não tem nada a ver com esse fanatismo ridículo e cada vez mais raivoso e diminuto que o bolsonarismo criou e vem alimentando.

O que a população quer e busca é simplesmente que o país tenha governo e que ele resolva os seus problemas. O povo não gosta de arruaceiros.

Ao contrário do que o ministro da Justiça de Bolsonaro acha, as autoridades do GDF e

da Polícia Federal não consideraram que esse tipo de comportamento selvagem e fascista do grupo “300 do Brasil”, de ameaçar ministros e atirar fogos em direção à sede do STF, tenha qualquer vinculação com o que a população pretendia ao participar das eleições de 2018.

Tanto que nesta segunda-feira (15), a Polícia Federal, acionada pela Procuradoria Geral da República (PGR) e autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), colocou na cadeia os integrantes do bando que participou da criminosa pirotecnia antidemocrática.

Se há alguma autocrítica a ser feita, como cobra a nota do ministro, é daqueles que, como Bolsonaro e seus pares, insultam a horda de fanáticos – inclusive participando de seus atos – a cometer atitudes de selvageria e de violência como as que foram cometidas contra o STF na véspera.

“Puxaram essa conversa de intervenção militar por conveniência”, disse o militar no debate do Direitos Já!

O sociólogo Fernando Guimarães, coordenador do movimento “Direitos Já”, conduziu na tarde do sábado (13), um debate que reuniu o general Santos Cruz, ex-ministro do governo Bolsonaro, o deputado Alessandro Molon (RJ), líder do PSB na Câmara, o empresário e apresentador de TV, Luciano Huck (PPS), e a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva (Rede). A ministra Cármen Lúcia, do STF, que também era esperada, teve problemas técnicos e não pôde participar.

O general Santos Cruz brincou, logo no início do debate, dizendo que alguns amigos comentaram com ele por telefone que, quando viram os participantes, estranharam o fato do general participar de uma reunião composta de “gente tão diferente”.

HÁ MUITAS CONVERGÊNCIAS, DIZ MOLON

É foi exatamente esse o aspecto levantado pelo coordenador do evento, Fernando Guimarães, e pelo primeiro debatedor, o deputado Alessandro Molon, ao responder a uma pergunta sua sobre as ameaças à democracia.

“Convergimos em muita coisa, mas também divergimos em muitas outras. Nem por isso somos inimigos. É importante desenhar aquilo que nos une: somos democratas, pessoas comprometidas com a democracia. O Brasil está precisando do nosso esforço de juntar quem pensa diferente”, disse Molon.

O deputado disse que líderes mundiais que uniram seus países para combater o coronavírus tiveram sucesso. “Havia tudo para juntar o país todo, os governadores, tudo”, disse. “Aqui foi esse desastre, aqui e nos Estados Unidos. Não por acaso já estamos em segundo lugar e subindo aceleradamente no número de mortes, sem saber para onde isso vai. Ele [Bolsonaro] alimenta essas crises. Lamentavelmente, a personalidade dele é quase que incompatível com a democracia”, acrescentou o parlamentar.

GENERAL APOIA “CONFLITO PERMANENTE”

O general Santos Cruz também ressaltou a importância do encontro e chamou a atenção para o fato de que as crises do país estão sendo causadas por um “problema comportamental”. “Depois de passadas as eleições, onde é natural o clima de disputa, é necessário que se chegue a uma paz social para que, quem ganhou, possa governar para todos”, argumentou. “Mas não é isso o que está acontecendo atualmente. Não atingimos essa paz social que a população tanto cobra. É um clima de conflito permanente, causado por um grupo pequeno, mas radical, que cerca o presidente e também pela personalidade do próprio presidente”, acrescentou o general.

“O que eu quero dizer aqui é que as Forças Armadas não têm nada a ver com isso”, destacou Santos Cruz. “Nossas Forças Armadas têm uma formação excelente. Há nelas um profissionalismo que é reconhecido internacionalmente. Nossas tropas ajudam em várias áreas, como na Covid-19, por exemplo”, acrescentou.

“Puxaram essa conversa de intervenção militar por conveniência”, observou o general.

“SOCIEDADE PODE CONFIAR NO NOSSO PESSOAL”

“Não falo oficialmente, já estou fora há mais de cinco anos, mas sei como funciona e tenho certeza que os integrantes das Forças Armadas não se envolverão na política. A sociedade pode confiar no nosso pessoal”, garantiu.

“É óbvio que quem exerce o poder moderador em nosso país é a Constituição. Essa discussão é fora de propósito”, destacou o militar.

“A realização de manifestações em frente a quartéis não é bom e confunde a sociedade. Muitos militares da ativa participando do governo, também confunde a sociedade, mas é bom deixar claro que, quando estão no governo, essas pessoas não estão ali como instituição. Eles estão servindo individualmente ao governo. Seria bom que eles fossem para a reserva, como acontece com outras áreas”, disse Santos Cruz, dando como exemplo o ex-ministro Sérgio Moro que, quando entrou para o ministério, teve que se afastar da magistratura.

Ele concordou com a senadora Marina Silva de que “os governantes têm que ter princípios, mas nunca podem esquecer a questão social”.

Sobre a decisão do governo de pressionar o Exército para a revogação das portarias internas da instituição que foram criadas pelo órgão militar responsável pelo controle de armas e munições, Santos Cruz mostrou-se insatisfeito com o desfecho. Ele lembrou que quem faz esse controle no país é a Polícia Federal e o Exército.

“Não tem sentido levar essa fiscalização, que é necessária e altamente técnica, para o lado político”,

disse. O cidadão de bem não se importa que uma arma que ele possua seja rastreada e controlada pelo Exército. “Quem não quer isso são os criminosos e as milícias. Acho que esses decretos deveriam ser mantidos”, afirmou Santos Cruz.

HUCK: DESIGUALDADE SOCIAL NO PAÍS É IMORAL

O apresentador Luciano Huck mostrou-se bastante inconformado com a desigualdade social no Brasil. “A desigualdade no país é imoral”, disse ele. Huck acrescentou que é importante um projeto para o país. “Não há um projeto”. Em sua opinião, “o momento não é para a discussão política, mas, sim, o enfrentamento da pandemia”, que está, segundo ele, “tirando vidas e agravando a desigualdade”. Ele também criticou duramente o comportamento de Bolsonaro.

“Há falta de liderança num momento em que o país mais precisava de uma. A negação da ciência, a negação da pandemia, a negação de tudo, é angustiante”, afirmou. “O que está acontecendo no Ministério da Educação é um absurdo e uma vergonha”, disse Luciano Huck.

“Nosso povo é maravilhoso, nós temos aqui pessoas com grandes habilidades, mas o direito de sonhar com o futuro está sendo destruído”, prosseguiu.

“Já tivemos vários tipos de governo, governo de coalizão, governo de cooptação, mas o que nós estamos vendo hoje é um governo de colisão”, completou o empresário.

Ao se dirigir ao general Santos Cruz, Luciano Huck lembrou que o general é conhecido nas tropas como o “João sem medo” por sua sua coragem e destemor. Santos Cruz é um dos militares mais respeitados do país exatamente por sua bravura nos campos de batalha por onde andou.

MARINA: GOVERNO DESPREZA A DEMOCRACIA

A ex-senadora Marina Silva afirmou que “esse é um governo que tem desprezo pela democracia, que não respeita direitos humanos, é um governo majoritariamente negacionista, que nega o princípio da realidade. E agora, além de uma crise política e institucional, uma grave crise econômica e social, produz uma crise sanitária”.

“A Covid-19 é um problema que o mundo inteiro não sabia como lidar, mas aqui no Brasil o problema ficou maior, porque esse é o pior governo na condução de um problema dessa magnitude, que já ceifou a vida de mais de 40 mil pessoas”, denunciou.

Quanto à política ambiental: “mesma atitude de desprezo pela verdade, desprezo pela ciência e de não atenção com um setor estratégico para o equilíbrio do planeta”.

“O desmatamento na Amazônia está fora de controle. Hoje, o desmatamento da Amazônia já é equivalente ao que aconteceu ano passado e nós ainda temos muito chão pela frente, porque o período de muito desmatamento e em que chegarão as queimadas está para começar”, acrescentou a ex-ministra do Meio Ambiente.

“Combater o desmatamento na Amazônia não é para amadores, quanto mais para amadores que não têm compromisso ético e capacidade técnica. E por isso que estamos nessa situação de descontrole. O governo deliberadamente estimula a grilagem, a ocupação ilegal de áreas na Amazônia e a violência contra as populações locais”, acrescentou Marina.

“Esse governo desmontou a governança ambiental brasileira, cortou orçamento, enfraqueceu o Ibama e o Instituto Chico Mendes, desmontou o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e, diante da grande repercussão, o Brasil, além dos prejuízos sociais e ambientais, já sofre retaliações econômicas”, prosseguiu.

“Quando o governo decidiu punir os diretores do Ibama que fizeram aquela operação de fiscalização em uma Terra Indígena queimando equipamentos de quem estava fazendo garimpo ilegal, é um sinal de que está do lado do contraventor e não do lado das vítimas”, observou.

“O ministro do Meio Ambiente que, pela primeira vez na história do Brasil, teve que ser excluído do Conselho que rearticula o Fundo Amazônia para não atrapalhar. Eu não vejo nenhuma política ambiental, só vejo desmonte do orçamento, das instituições, das competências e a perseguição aos servidores. Isso não é diferente do que é feito na Saúde, na Educação ou em relação a outros setores. Esse ano vamos ter uma situação pior do que tivemos ano passado”, apontou Marina Silva.

SÉRGIO CRUZ E PEDRO BIANCO

Invasão de hospitais será punida criminalmente em SP, diz Doria

“Lamentavelmente, uma figura da República incitou outras invasões”, criticou o governador paulista

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), prometeu punir criminalmente quem tentar invadir hospitais no estado, incluindo deputados estaduais. A declaração foi dada durante coletiva de imprensa realizada nesta, segunda-feira, 15.

Doria resgatou o discurso de Bolsonaro, no final da semana passada, em que incitou seus seguidores a invadirem hospitais de campanha para averiguar se os leitos estavam ocupados de verdade.

“Lamentavelmente, uma figura da República incitou outras invasões”, disse o governador, em referência ao discurso de Bolsonaro. “Quero dizer que invadir é crime e agredir é crime. Se houver qualquer outra tentativa de invasão de hospitais, sejam de campanha ou de qualquer outra natureza, a segurança pública saberá agir. E também faremos a criminalização desses invasores, parlamentares ou não”, salientou o governador.

No último dia 4, um grupo de deputados estaduais tentou entrar no Hospital de Campanha do Anhembi sem autorização gerando tumulto. Entre os parlamentares estavam Adriana Borgo (Pros), Marcio Nakashima (PDT), Leticia Aguiar (PSL), Coronel Telhada (PP) e Sargento Neri (Avante).

“Se voltarem a tentar invadir, receberão o tratamento como invasores, inclusive criminalmente”, afirmou Doria.

Durante a coletiva, o governador ainda manifestou apoio ao Supremo Tribunal Federal que, no final de semana, foi alvo de protestos bolsonaristas. “O Brasil não vai virar uma ditadura fascista”, disse Doria.

O governo ainda apontou na coletiva, a redução no número de novos óbitos semanais desde o início da pandemia. Pela primeira vez, o total de novos óbitos por semana epidemiológica foi menor do que o número da semana anterior. De 31 de maio a 6 de junho, morreram 1526 pessoas no estado. De 7 de junho a 13 de junho, foram 1523. Esse número cresceu durante todas as semanas desde março.

“Esse número de óbitos está chegando numa estabilização e esperamos que ele comece a cair. Isso apesar do número de casos vir aumentando porque estamos testando mais. Mostrando que temos uma certa segurança para implementar

as medidas que estão sendo implementadas”, afirmou Carlos Carvalho, coordenador do comitê de combate à Covid-19.

São 181.460 casos confirmados e 10.767 óbitos desde a chegada do novo coronavírus em São Paulo. São Paulo tem nesta segunda-feira, 5.309 pessoas internadas em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e 8.018 pessoas internadas em enfermarias, segundo dados do governo do Estado.

VACINA

João Doria afirmou que espera ter até junho de 2021 concluído a fase de testes da vacina contra o novo coronavírus que está sendo desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica Sinovac Biotech, de Pequim, na China. De acordo com o governador, nove mil pacientes voluntários participarão da nova fase de testes que se inicia dentro de três semanas.

Segundo Doria, ao término do desenvolvimento, a vacina será cedida ao SUS (Sistema Único de Saúde) para distribuição gratuita. “Serão milhões de doses para atender os brasileiros de São Paulo e de todo o país”, disse.

VIOLÊNCIA POLICIAL

O governador de São Paulo garantiu que os policiais afastados de suas funções desde o último sábado, por terem sido flagrados, em vídeo, agredindo um morador de Barueri e outro do Jaçanã, na capital, serão julgados criminalmente e pela Corregedoria da corporação.

“O governo de São Paulo não aceita violência policial de nenhuma espécie, sob nenhuma justificativa e nenhuma condição. Não há nenhuma condescendência do governo do Estado. Os que cometerem equívocos, falhas, erros, terão o devido julgamento, além do afastamento imediato”, afirmou, em entrevista coletiva. “Poucos não vão comprometer o comportamento de muitos”, completou.

O secretário estadual de Segurança Pública, General Santos, também falou sobre os episódios e reforçou que “não há nenhuma complacência com erro”. “Condenamos e reprovamos os atos. Policiais foram imediatamente afastados e no sábado já estavam sendo ouvidos. Temos corregedorias fortes, tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil. Inquéritos estão em curso, acompanhados por elas, e nas delegacias”, detalhou.



“Até mesmo parlamentares receberão o tratamento como invasores”, disse

Governadores do Nordeste condenam invasão de hospitais públicos instigada por Bolsonaro

Os nove governadores nordestinos reagiram à declaração de Bolsonaro, em uma live nas redes sociais na quinta-feira (11), estimulando seus seguidores a invadirem hospitais públicos e de campanha para verificar se há leitos ocupados ou não.

Os governadores afirmam que “no último episódio, que choca a todos, o presidente da República usa as redes sociais para incentivar as pessoas a invadirem hospitais, indo de encontro a todos os protocolos médicos, desrespeitando profissionais e colocando a vida das pessoas em risco, principalmente aquelas que estão internadas nessas unidades de saúde”, dizem os chefes de executivos estaduais em uma carta divulgada na sexta-feira (12).

“O presidente Bolsonaro segue, assim, o mesmo método inconsequente que o levou a incentivar aglomerações por todo o país, contrariando as orientações científicas, bem como a estimular agressões contra jornalistas e veículos de comunicação, violando a liberdade de imprensa



Bolsonaro estimulou que os seus seguidores invadissem hospitais para verificar leitos vazios

garantida na Constituição”, prosseguem.

“O Governo Federal adotou o negacionismo como prática permanente, e tem insistido em não reconhecer a grave crise sanitária enfrentada pelo Brasil, mesmo diante dos trágicos números registrados, que colocam o país como o segundo do mundo, com mais de 800 mil casos”, apontam.

A carta é assinada pelos governadores da Bahia, Rui Costa; de Alagoas, Renan Filho; do Ceará, Camilo Santana; do Maranhão, Flávio Dino; da Paraíba, João Azevedo; de Pernambuco, Paulo Câmara; do Piauí, Wellington Dias;

do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, e de Sergipe, Belivaldo Chagas.

No texto, os governadores se referem às recentes operações policiais nos estados. Eles destacam que “todas as investigações devem ser feitas, porém com respeito à legalidade”. Dizem-se ainda inteiramente à disposição das autoridades, mas advertem que repudiam “abusos e instrumentalização política de investigações”. “Isso somente servirá para atropalhar o combate ao coronavírus e para produzir danos irreparáveis aos gestores e à sociedade”, afirmam.

Alcolumbre devolve para Bolsonaro MP que permitia a Weintraub intervir em universidades

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), na sexta-feira (12) pela manhã, devolveu para Bolsonaro a Medida Provisória 979, que dava para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o poder de indicar os reitores das universidades e institutos federais durante a pandemia, à revelia da comunidade acadêmica.

“Acabo de assinar o expediente de devolução da MP 979, que trata da designação de reitores, por violação aos princípios constitucionais da autonomia e da gestão democrática das universidades”, disse Alcolumbre em seu Twitter.

“Cabe a mim, como Presidente do Congresso Nacional, não deixar tramitar proposições que violem a Constituição Federal. O Parlamento permanece vigilante na defesa das instituições e no avanço da ciência”, continuou.

Com a MP, Weintraub poderia indicar o reitor das universidades e institutos federais sem nenhum tipo de consulta com a comunidade acadêmica. Os mandatos de pelo menos 22 reitores se encerram até o final do ano.

Os parlamentares criticaram a MP apontando que ela é inconstitucional.

Conforme o artigo 207 da Constituição, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Além disso, a MP 979 repete em parte o teor de outra medida provisória a 914/19, que perdeu validade no dia 2 por não ter sido votada no



MP viola princípios constitucionais, disse senador

prazo de 120 dias.

De acordo com a Constituição, “é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”.

A devolução de MPs tem respaldo no Regimento Interno do Senado e já foi realizada em outros momentos.

Pelo Twitter, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) parabenizou o presidente do Senado pela decisão.

“Parabéns pela atitude, presidente! O Congresso Nacional não pode e não deve compactuar com os arroubos do autoritarismo de Bolsonaro. Cumprir a Constituição é premissa do Estado democrático de direito. A ela, todos devemos submissão”, escreveu.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) escreveu na rede social que foi “acertada a decisão do Davi Alcolumbre de devolver MP que criava a figura do reitor biônico”. “O Congresso age para conter os avanços contra a democracia praticados pelo governo. Autonomia universitária

é conquista assegurada na Constituição”.

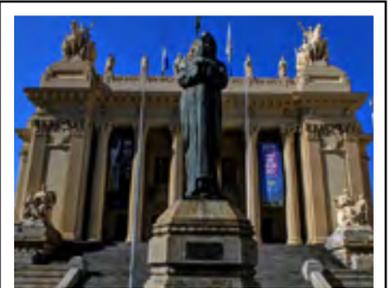
O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), comemorou a devolução da medida provisória.

“Vitória da educação e da democracia. O presidente Davi Alcolumbre decidiu pela devolução da MP 979. Nós solicitamos a devolução e acionamos o STF contra esse absurdo. Não permitiremos qualquer tipo de autoritarismo e intervenção em qualquer instituição! Resistiremos!”, escreveu Randolfe.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) também parabenizou Alcolumbre pela devolução.

“Como esperado, Davi Alcolumbre tomou uma decisão sensata e democrática nesses tempos de autoritarismo e devolveu a MP 979. O gesto reforça que este Congresso não aceitará decisões que firam de morte a nossa Constituição. Com educação não se brinca. Viva as universidades federais!”, apontou o senador.

Após a derrota, à tarde, o governo enviou outra medida provisória para revogar a MP 979.



Por 69 votos a 0, processo foi iniciado

Aprovada a abertura de impeachment contra Wilson Witzel na Alerj

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) decidiu por 69 votos a 0, em sessão realizada na tarde desta quarta-feira (10), pela abertura de um processo de impeachment do governador Wilson Witzel (PSC).

O presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), André Ceciliano (PT), declarou aberto o processo de impeachment contra o governador após o 36º voto favorável ao processo.

“Essa decisão não é um pré-julgamento. Eu poderia tomar uma decisão monocrática, mas quero abrir uma votação simbólica”, afirmou Ceciliano que votou favorável ao rito de impeachment. “Precisamos ouvir o governador, trazer o governador à Alerj. Ele precisa ter a possibilidade de se defender”, completou o presidente da Casa.

Depois de publicada a decisão em Diário Oficial os partidos terão 48 horas para indicar representantes para a Comissão Especial que vai analisar a denúncia. Ao todo, foram protocolados 14 pedidos de afastamento contra o governador do Rio na Casa, após ele ter sido alvo da Operação Placebo.

A Operação Placebo foi deflagrada no dia 26 de maio para investigar a existência de um esquema de corrupção envolvendo uma organização social contratada para a instalação de hospitais de campanha e servidores da cúpula da gestão do sistema de saúde do estado.

De acordo com a PF, os elementos de prova obtidos durante as apurações foram compartilhados com a Procuradoria-Geral da República (PGR), dentro da investigação que ocorre no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os trabalhos começaram com a Polícia Civil, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal (MPF).

A operação foi vazada para a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) que, na véspera, afirmou numa entrevista que os governadores já estavam sendo investigados e que seriam alvos de operações da Polícia Federal.

No dia seguinte, a residência do governador já estavam sendo vasculhados pela Polícia Federal. Na manhã desta quarta-feira (10) outra operação da PF teve início no Pará para investigar irregularidades na compra de 400 respiradores da China.

MPF questiona governo por exclusão de dados sobre violência policial de relatório

O Ministério Público Federal (MPF) cobrou o governo por excluir dados de violência policial no relatório divulgado nesta sexta-feira (12) pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). O governo federal excluiu os dados sobre violência policial no relatório anual do Disque 100, serviço telefônico ligado ao MDH para denúncias de violações de direitos humanos.

O subprocurador-geral da República Domingos Silveira, coordenador da 7ª Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do MPF, afirmou que a exclusão é “absolutamente descabida”. Segundo ele, o órgão do MPF irá oficiar a pasta chefiada pela ministra Damara Alves pedindo explicações.

Silveira já foi responsável pela supervisão do Disque 100 em 2011, quando esteve à frente da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, à qual o serviço estava ligado. O coordenador da 7ª Câmara do MPF destacou que os dados de violência policial nunca deixaram de ser divulgados.

“O Disque 100 é certamente o call center de denúncia de direitos humanos no planeta. É uma forma de medir, com dados globais, a sensibilidade da sociedade em relação às violências, incluindo a policial. É absolutamente descabido quando se levantam elementos de ordem formal, consistência (para não divulgar dados). Um papel de órgãos de ouvidoria e de receber denúncia não é de verificar; isso cabe à corregedoria, Polícia, MP e justiça”, disse.

Segundo Silveira, se o problema fosse metodológico, para corrigir inconsistências, a exclusão temporária dos dados deveria valer para todo o relatório, e não apenas sobre as partes que tratam de violência policial. Para o subprocurador-geral, a violência policial se torna ainda mais grave quando as informações sobre ela são “obscurecidas”.

“Quando se tem a notícia através de um canal oficial, que é o Disque 100, e essa notícia é silenciada, nós temos o próprio estado contribuindo para a violência policial. É muito grave essa atitude”, disse.

A exclusão dos dados, segundo ele, é ainda mais preocupante em um momento no qual o mundo inteiro debate intensamente o tema da violência policial, na esteira dos protestos contra o racismo iniciados nos Estados Unidos após a morte de George Floyd, homem negro, por um policial branco.

“O mais triste é que essa é a resposta aos estado brasileiro em um momento que o mundo está refletindo sobre como atenuar a violência policial, que é uma chaga no mundo inteiro. A resposta do Estado brasileiro foi esconder”, disse.

O relatório anual do Disque 100 vinha mostrando aumentos nas denúncias de violência policial nos últimos anos. Em 2016, houve 1.009 registros. Em 2017, o número aumentou 30%, para 1.319.

Os dados em 2018 apontaram nova elevação, de 24%, para 1.637. Os dados do Disque 100 são usados para orientar o desenvolvimento de políticas públicas, bem como verificar a eficácia das políticas públicas em andamento.

“Ele é um espaço onde se ouve o gemido da dor da população que sofre as diversas violências. Por isso ele tem sido avaliado para comparar a situação de um lugar pra o outro. É um indicador nacional a violência”, disse o subprocurador-geral.



“Não precisa Bolsonaro mandar invadir hospitais para saber número de leitos; eu mostro a ele”, afirmou Flavio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), disse que Bolsonaro não precisa mandar seus seguidores invadirem hospitais para verificar se os leitos estão sendo realmente utilizados.

“Se ele quiser visitar os nossos hospitais, eu mesmo mostro para ele”, disse o governador.

“Se Bolsonaro não fosse essa pessoa despreparada e desesperada, saberia que não precisa mandar invadir hospital. Basta verificar os boletins que os governos estaduais publicam com os números de leitos ocupados”.

Para Dino, “Bolsonaro não pode mandar invadir hospital e filmar locais onde estão pacientes e profissionais trabalhando. E também não pode mandar

extraoficialmente nada para Polícia Federal. Se manda, tem que ser por ofício assinado. E ABIN não pode investigar”.

Na quinta-feira (11), durante uma transmissão feita pelas redes sociais, Jair Bolsonaro sugeriu a seus apoiadores que entrassem nos hospitais e filmassem. “Se tem um hospital de campanha perto de você, um hospital público, arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente está fazendo isso, mas tem que mais gente fazer para mostrar se os leitos estão ocupados ou não”.

Bolsonaro disse que filtra os vídeos que recebe pelas redes sociais e manda para a Polícia Federal e para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Pedidos de seguro-desemprego chegam a 960 mil só em maio

Quase 1 milhão de pessoas solicitaram o benefício após recorde de demissões

As solicitações de seguro-desemprego chegaram a 960 mil requerimentos em maio. Foi o maior número da série histórica para o mês, atingindo 53% a mais que o mesmo período do ano passado.

De abril para maio, o aumento foi de 28,3%, e no acumulado do ano o aumento foi de 12,4% em comparação com o acumulado no mesmo período de 2019 (2.933.894).

Os estados com maior número de pedidos foram São Paulo, com 281,4 mil, Minas Gerais, com 103,3 mil e 82,6 mil no Rio de Janeiro.

Segundo dados do Ministério da Economia, 58,7% dos pedidos foram feitos por homens e 41,3% por mulheres, em sua maioria na faixa etária entre 30 a 39 anos.

Os setores que tiveram o maior número de solicitações foram serviços (42%), comércio (25,8%), indústria (20,5%), construção (8,2%) e agropecuária (3,4%).

Os números são consequências do forte desemprego que atingiu patamares recorde, reflexo do avanço da pandemia do novo coronavírus e do descaso do governo Bolsonaro em implementar as medidas emergenciais para socorrer empresas e trabalhadores frente à crise que paralisou as atividades em diversos setores da economia. Só em abril, o Brasil perdeu 860.503 mil empregos.

Nos dois meses da pandemia da Covid-19, março de abril, o país perdeu 1,1 milhão de empregos com carteira assinada. Em março, foram fechadas 240.702 vagas formais no país.

Um dos setores que já estão sofrendo com demissões devido à demora do socorro do governo federal às empresas é o de bares e restaurantes.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, as demissões no setor de bares e restaurantes já atingiram metade dos trabalhadores formais.

Segundo Solmucci, passados dois meses de suspensão de contratos de trabalho de trabalhadores, prevista na MP 936, empresas tiveram

que começar a demitir. Ele relatou que, com a MP, o setor conseguiu manter os empregos, ainda que com muitas dificuldades para conseguir linhas de créditos para a manutenção das empresas. “80% das empresas do setor tentou obter o benefício de acesso ao crédito, e desses, 80% não conseguiram”, declarou Solmucci ao HP.

“No início do isolamento tivemos problemas com a efetivação do benefício emergencial [programa que prevê a complementação salarial dos trabalhadores afastados ou com redução de jornada]. O sistema não funcionava muito bem, mas até o final de maio, os pagamentos foram concluídos. Ocorre que não esperávamos que a quarentena durasse tanto. Acreditávamos que durasse no máximo 2 meses”, disse.

“Agora em junho vai haver um número muito significativo de demissões. Antes da pandemia o setor gerava 6 milhões empregos, sendo 50% formais. Desse, um terço, ou 1 milhão, já foram eliminados até o final de março. No emprego informal não teve ainda tanta queda por que boa parte é familiar. Houve sim queda de renda, mas o emprego cai mais lentamente”, explica.

“Estamos então aguardando a possibilidade de prorrogação do programa. O projeto já foi aprovado na Câmara e agora está no Senado”. Mesmo com a prorrogação, de acordo com Solmucci, será muito difícil reverter o quadro de fechamento de estabelecimentos e de demissões. “Temos certeza que 1 em cada 5 empresas não reabrem”, destacou.

Para Solmucci, no estado de São Paulo, a situação é complicada. “Fora da capital, os locais ainda não estavam muito afetados no início, e tiveram que fechar. Agora, três meses fechados estão em situação dramática”.

“É fundamental que as regras fossem definidas com clareza e mais rapidez e em acordo entre os governos. É importante que o poder público se alinhe para que possamos trabalhar a retomada da melhor maneira possível”, afirmou.



Emprego e eleições municipais

NIVALDO SANTANA*

As graves consequências econômicas e sociais da pandemia colocarão no topo da agenda das eleições municipais deste ano o problema do desemprego. A definição de políticas municipais que tratem da geração de emprego e renda deve fazer parte do debate e das propostas dos candidatos tanto para as prefeituras quanto para a vereança.

As candidaturas de quadros originários do movimento sindical devem tratar desta questão com absoluta prioridade. No presente artigo, levantamos algumas reflexões iniciais para debate e aprofundamento. Os candidatos e as candidatas deverão formatar suas propostas de acordo com as singularidades de seu local de atuação.

Os especialistas, no entanto, coincidem na opinião de que o Brasil deve enfrentar um período de inédita depressão econômica no pós-pandemia. Uma das consequências inevitáveis será o desemprego em larga escala. Há quem afirme que será o maior desemprego da história do país.

O mercado de trabalho no Brasil já é estruturalmente precário, heterogêneo e desigual. Essas características devem se agravar com a combinação de pelo menos três fatores: desemprego crescente, ampliação do trabalho individualizado com plataformas digitais (aplicativos) e diminuição do trabalho formal assalariado.

A reversão desse quadro, obviamente, escapa em grande medida das competências dos municípios. A retomada do crescimento econômico, fortes investimentos em setores intensivos em mão-de-obra e medidas emergenciais de apoio aos trabalhadores sem renda, de responsabilidade principal da União, são os principais instrumentos para combater o flagelo do desemprego.

As administrações municipais, no entanto, não só podem como devem atuar neste campo. Em geral, predomina no Brasil a discussão sobre as chamadas políticas compensatórias, que incidem mais pelo lado da oferta de emprego no mercado de trabalho. São políticas passivas, como o seguro-desemprego, ou políticas ativas, como a intermediação de mão-de-obra, capacitação e requalificação profissional.

Para além dessas políticas compensatórias, é preciso atuar pelo lado da demanda, com programas de geração de emprego e renda. Para isso, é possível no âmbito dos municípios a adoção de políticas de descentralização das atividades econômicas, com ênfase nos bairros onde se concentra a maioria das famílias trabalhadoras, e o apoio com créditos e incentivos fiscais às micro, pequenas e médias empresas, que são as maiores empregadoras.

Para viabilizar essas mudanças, é necessário conquistar o apoio desses segmentos empresariais e reorganizar as políticas públicas de trabalho e renda. Um olhar especial deve ser dirigido aos setores socialmente mais vulneráveis: mulheres, trabalhadores com mais de quarenta anos e baixa escolaridade, negros, jovens, pessoas com deficiência, imigrantes etc.

Vários municípios já têm programas e políticas públicas ou em parcerias públicas com o setor privado para desenvolver esses programas, ampliar a oferta do emprego e promover políticas de formação profissional. A partir da realidade de cada município deve-se estabelecer as novas prioridades.

Também deve fazer parte das políticas de emprego e renda a capacitação técnica, tecnológica, profissional e o fomento à economia solidária, ao empreendedorismo e medidas de apoio como passe-desemprego, além de orientação trabalhista e previdenciária.

O redimensionamento das políticas de emprego e renda deve incorporar a existência ou fortalecimento dos conselhos municipais de emprego, órgãos oficiais com a participação de entidades de trabalhadores, populares, empresariais e especialistas no estudo de mercado de trabalho.

Esses conselhos devem se incumbir, entre outras coisas, da definição de políticas de ativação da economia local, com geração de emprego e renda, em conformidade com a realidade e vocação econômica de cada município.

Para garantir efetividade a essas políticas, é necessário garantir fontes estáveis de financiamento dos programas. Um fundo municipal de emprego e renda com fontes seguras e diversificadas, é um imperativo para garantir o êxito dessas políticas.

As eleições municipais deste ano se inserem na luta geral de resistência e acumulação de forças contra o desgoverno Bolsonaro. A agenda em defesa da democracia, do desenvolvimento e dos direitos deve colocar em destaque a garantia do emprego e da renda. Boa campanha a todos e todas!

Nivaldo Santana é Secretário Sindical do PCdoB e secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)



Entre os meses de março e abril, 1,1 milhão de empregos foram perdidos



TCU estava com representação pronta para abrir uma investigação Após protestos, Bolsonaro revoga desvio de R\$ 83,9 milhões do Bolsa Família para Secom

Depois de uma enxurrada de críticas, o governo voltou atrás e revogou a portaria que transferia R\$ 83,9 milhões do programa Bolsa Família para usar em propaganda institucional da presidência da República.

O Tribunal de Contas da União (TCU) estava com representação pronta para abrir investigação sobre a operação. Diante das críticas e temendo a investigação do TCU, o governo revogou a portaria em edição extra do Diário Oficial da União nesta terça-feira, 9.

O remanejamento de verba proposto pelo governo também esbarrava em liminar do ministro do STF, Marco Aurélio Mello, de 23 de março, que suspende todos os cortes do programa enquanto durar a pandemia do coronavírus.

Na liminar, o ministro do STF também determinou que a União disponibilize dados que justifiquem a concentração de cortes de benefícios na região Nordeste, exigindo “tratamento isonômico em relação aos beneficiários dos demais entes federados”.

A portaria, que pre-

tendia cortar recursos de um programa social para famílias de baixa renda em plena crise sanitária, econômica e de saúde, ainda especificava que os recursos seriam cortados exclusivamente da região Nordeste, o que foi visto por lideranças políticas e pela Justiça como discriminatória aos estados governados em sua maioria por opositores do presidente Jair Bolsonaro.

A medida também tirava a verba do Bolsa Família para alocá-la em um órgão (a Secom) suspeito de uso político e que está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito das Fake News, do Congresso Nacional, por ter injetado mais de dois milhões de anúncios do governo federal em sites de notícias falsas, investimentos ilegais e pornografia.

Para o diretor da Transparência Brasil, Manoel Galvão, “transferir esse dinheiro para publicidade da Secom, que não é do Ministério da Saúde, é injustificável”.

“É absurdo diante da necessidade humana de comer, de pagar suas contas, de pagar seu aluguel, ter onde morar, que é super

importante nesse momento de crise econômica em que o país está vivendo. O governo não tem que estar preocupado com política agora, com o governo Bolsonaro, falar das ações do governo, sendo que tem gente passando fome e gente morrendo”, afirmou.

Na semana passada, a medida foi contestada por procuradores-gerais de oito estados do Nordeste, que acionaram o Supremo Tribunal Federal pedindo a suspensão do corte no Bolsa Família. O Ministério Público também ajuizou pedido ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que o remanejamento da verba para a Secom fosse suspenso.

Ao editar a portaria, o governo alegou que a transferência do recurso se dava por uma baixa execução orçamentária do Bolsa Família, porque os beneficiários puderam optar por receber o auxílio emergencial de R\$ 600 e foram incluídos automaticamente no auxílio.

No entanto, segundo os governadores do Nordeste, ainda há 430 mil famílias na fila para se inscreverem no programa Bolsa Família.

Com aporte do governo, Santander demite em meio à epidemia, denuncia sindicato

O Sindicato dos Bancários de São Paulo denunciou que o banco Santander está rompendo acordo de manutenção dos empregos no período da pandemia, incluindo a suspensão de demissões já em aviso prévio.

Segundo a entidade, o banco demitiu pelo menos 15 trabalhadores desde a sexta-feira (05) e tem obrigado funcionários a cumprirem as atividades presencialmente mesmo quando há suspeita de contaminação por Covid-19.

“O que o Santander está fazendo é uma desumanidade, um desrespeito não apenas com os trabalhadores, mas com a sociedade. Os bancários estão na linha de frente, colocando suas vidas em risco para cumprir metas, correndo o risco de

serem contaminados, como muitos foram. Além disso, eles têm de viver com o terror de perder o emprego durante a maior crise sanitária da nossa geração”, critica a dirigente sindical e funcionária do banco, Maria Rosani.

O Santander confirma as demissões e diz que tem cumprido com as medidas de proteção ao emprego, mas afirma em nota que a suspensão dos desligamentos era por apenas dois meses. O banco julga que a pandemia já passou de seu estado crítico, ainda que tenhamos contabilizados milhares de mortes por dia.

Os sindicalistas questionam a necessidade de demitir baseada em ajustes financeiros, como justifica

o Santander, levando em consideração que um dos poucos movimentos feitos pelo governo federal foi para garantir os lucros dos bancos destinando R\$1,2 trilhão logo no início da pandemia.

“Se tem um segmento que, mesmo com a pandemia, está muito bem economicamente, este setor é o dos bancos. Eles receberam um pacote enorme de ajuda do Governo enquanto a maioria da população tenta sobreviver com R\$ 600. Em contrapartida, o Santander demite trabalhadores que dificilmente conseguirão recolocação profissional durante a pandemia, agravando a crise social no país que mais gera lucro ao banco mundialmente”, afirma o sindicato.

Artigo que impedia despejo durante epidemia é vetado pelo governo

Projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anastasia (PSD-MG), foi aprovado pelo Congresso em maio. Foto: Arquivo/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro vetou o artigo do PL 1179/2020 que impedia o despejo de inquilinos por atraso de pagamento de aluguel durante a pandemia do coronavírus.

O projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anastasia (PSD-MG), foi aprovado pelo Congresso Nacional em maio, e dispõe sobre a flexibilização de pontos do direito civil e do consumidor durante a pandemia.

Conforme divulgou no seu Twitter, Bolsonaro também vetou artigos do PL que “davam poderes aos síndicos de restringir a utilização de áreas comuns e proibir a realização de reuniões e festividades inclusive nas áreas

de propriedade exclusiva dos condôminos”.

Bolsonaro vetou ainda outros artigos do projeto, como o que permitia que as assembleias e reuniões pudessem acontecer de forma remota, com a possibilidade de participação e votação virtual, por meio da internet, e outro que estendia para outubro os prazos legais para realização de assembleias e reuniões de quaisquer órgãos, presenciais ou não, e para a divulgação ou arquivamento nos órgãos competentes das demonstrações financeiras pelas pessoas físicas ou jurídicas que exercam atividade empresarial.

A matéria com vetos do presidente deve ser publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (12) e, após a publicação, retorna ao Congresso e os parlamentares devem decidir por manter ou derrubar os vetos.

A vitória do Vietnã sobre a pandemia

O Vietnã, nação de 100 milhões de habitantes – ou seja, quase a metade da população brasileira –, país que faz fronteira com a China, apresenta uma das mais bem sucedidas superações da pandemia provocada pelo Covid-19. Por quê? No artigo “Hanói vence outra vez”, Wagner Lacerda Dantas, brasileiro que está na cidade vietnamita de Hai Du’o’ng há três meses, ressalta que “a resposta pode ser encontrada tanto nas ações rápidas do governo quanto na história e na cultura do país.”

No dia 12, a Universidade Johns Hopkins, entidade que faz um dos levantamentos internacionais sobre a doença mais rigorosos, registrou um total de 332 casos confirmados de Covid-19 e nenhum morto no país.

A seguir principais trechos do artigo publicado na revista Piauí:

HANOÍ VENCE OUTRA VEZ

Uma das batalhas mais bem-sucedidas do mundo contra o novo coronavírus

WAGNER LACERDA DANTAS
de Hai Du’o’ng, Vietnã

Deixei Wuhan, na China, epicentro inicial da Covid-19, uma semana antes de isolarem a cidade, no final de janeiro. Eu tinha planejado passar o feriado do Ano Novo Chinês, no dia 25 daquele mês, em Hai Du’o’ng, no Vietnã, na casa da minha namorada, que é vietnamita. Meu plano inicial era ficar apenas duas semanas e voltar para Wuhan, onde faço um curso de mandarim avançado na Universidade de Hubei.

Estou em Hai D’o’ng há mais de três meses, e aqui me sinto no lugar mais protegido do mundo. Até 28 de maio, ninguém havia morrido por causa do novo coronavírus no Vietnã, onde o número de casos de contágio (até a mesma data) era assombrosamente pequeno: 327.

Por que essa nação de 100 milhões de habitantes – ou seja, quase a metade da população brasileira –, encostada na China, não foi atingida pela tragédia provocada pela Covid-19? A resposta pode ser encontrada tanto nas ações rápidas do governo quanto na história e na cultura do país.

O Vietnã foi palco de muitas guerras durante o século XX e saiu vitorioso do principal conflito, no qual enfrentou os Estados Unidos. Dessas lutas, os vietnamitas tiraram inúmeras lições. Uma delas é que, para vencer, é preciso estar unido. Aqui, as pessoas atribuem um alto valor à coesão social e estão inclinadas a seguir as determinações do governo socialista, que tem conseguido fazer o país crescer à taxa de 5% ao ano, em média.

No início de fevereiro, quando o novo coronavírus começou a se espalhar pelo mundo, o governo do Vietnã logo tratou de fechar a fronteira de cerca de 1.200 km com a China e suspender os voos para lá, apesar dos prejuízos que traria a suspensão parcial dos laços com um de seus maiores parceiros comerciais.

O governo também fechou as escolas, passou a medir a temperatura das pessoas nos locais públicos e tornou obrigatório o uso de máscara, que começou a produzir em grande escala e a distribuir gratuitamente. Em lugares estratégicos, instalou cabines de desinfecção que lançam nas pessoas uma fumaça de ozônio capaz de matar 90% dos vírus e bactérias, segundo especialistas. Para identificar rapidamente os casos positivos de contágio, criou um aplicativo no qual cada casa cadastrava o estado de saúde dos seus moradores.

No início, os vietnamitas, como todos os povos, ficaram apreensivos e com medo. Uma de suas primeiras reações foi correr aos supermercados e estocar alimentos. Mas, em mensagens transmitidas a todos os celulares do país, o presidente Nguyễn Phú Trọng e o ministro da Saúde, Nguyễn Xuân Sơn, garantiram que não haveria desabastecimento e pediram calma à população. A situação nos supermercados, pouco a pouco, voltou ao normal e, de fato, não houve escassez de produtos.

Em março, as autoridades fecharam várias lojas e centros comerciais e pontos turísticos. O Exército foi convocado para distribuir alimentos aos mais necessitados, que também receberam um auxílio financeiro distribuído pelo Estado e doações da população e de empresas. Como as coisas seguiram um bom caminho no Vietnã, o governo acabou doando máscaras e equipamentos para vários países do mundo, inclusive para os Estados Unidos.

Vivo atualmente num sítio na zona rural de Hai Du’o’ng, cidade a cerca de uma hora e meia de carro da capital Hanói. Passei a quarentena estudando pela internet, escrevendo um romance, fazendo vídeos para meu canal no YouTube (Vavalingrado) e ajudando minha namorada, Hue D’o’ng, a cuidar da plantação de goiaba no sítio de sua família. Às vezes, vamos ao centro da cidade para fazer compras.

Como não falo vietnamita, minha namorada é minha intérprete no país (nos comunicamos em chinês). E ela quem me conta o que está sendo transmitido pelos vários alto-falantes instalados nos postes das ruas, um sistema antigo de comunicação, da época da Guerra do Vietnã (1955-75), quando teve papel fundamental na luta contra os invasores norte-americanos. Até hoje serve para transmitir à população os avisos e notícias oficiais. E o faz de maneira muito eficiente, porque as pessoas não podem desligá-lo, como fariam com uma tevê, nem deletar a mensagem sem tomar conhecimento, como no celular. Quando o país implantou as medidas de proteção contra a Covid-19, era pelos alto-falantes que o governo alertava, por exemplo, sobre o uso obrigatório de máscara e a multa em caso de desobediência.

Em 12 de março, tive que viajar para fora do Vietnã, a fim de renovar meu visto, que tinha duração de apenas um mês. Escolhi a Tailândia, onde brasileiros não precisam de visto e eu tenho amigos. Ao retornar, fui obrigado a permanecer catorze dias isolado num apartamento do governo perto da entrada de Hai Du’o’ng.

Ao voltar para a casa da minha namorada na zona rural, encontrei o pai dela tomando chá ao lado de um policial, que esperava para conferir a minha temperatura e saber como eu estava. Os dois já sabiam que eu estava prestes a chegar, graças a um aplicativo chamado Zalo, parecido com o WhatsApp, por meio do qual a polícia notifica os habitantes sobre novidades na região, como a chegada de um estrangeiro.

O pai da minha namorada, Du’o’ng Van Manh, me ensinou um bonito poema de Ho Chi Minh, o líder revolucionário comunista que faria 130 anos em 2020 e foi responsável pela criação do Vietnã moderno (ele ficaria orgulhoso de seu país atual). O poema tem muito a dizer sobre os dias que correm: *Tudo muda, a roda da grande lei gira sem pausa. / Depois da chuva, bom tempo. / Em um piscar de olhos, / o Universo retira suas roupas sujas. / Por dez mil milhas, a paisagem se estende como um precioso brocado. / Luz do sol delicada. / Brisa leve. Flores sorridentes / pairam nas árvores, / entre as folhas cintilantes, / todos os pássaros cantam. / Homens e animais renascem. / O que pode ser mais natural? / Depois da dor vem a alegria.*

Leia matéria na íntegra em horadopovo.com.br

Chile afasta ministro da Saúde que escondeu mortes por Covid-19



Chilenos exigiram nas ruas a saída do ministro da Saúde Jaime Mañalich

Estátua do rei Leopoldo II, o genocida de milhões de negros, é removida na Bélgica

A prefeitura da cidade belga de Antuérpia removeu a estátua do rei Leopoldo II que se encontrava em frente ao Museu de Middelheim. Ele foi responsável pelo assassinato de cerca de 10 milhões de pessoas no Congo – há quem projete até 15 milhões –, entre 1865 e 1908 na então colônia belga.

A retirada da estátua acontece em meio a manifestações contra o racismo que reúne milhares nas principais cidades da Bélgica, como parte das manifestações que ocorrem por todo o mundo após o brutal assassinato de George Floyd. Entre as reivindicações locais está a da remoção de todas as estátuas do exército da monarquia espalhadas pelo país.

Uma petição intitulada “Vamos reparar a nossa história”, reivindicando que as imagens do monarca sejam retiradas das vias públicas, já ultrapassou as 70 mil assinaturas e não para de ganhar adesões.

O porta-voz do burgo-mestre de Antuérpia, Johan Vermant, anunciou que “a estátua agora está no depósito no Museu de Middelheim. Vamos examinar em que estado se encontra e quais são os próximos passos”.

Como recordam os historiadores, o Congo era considerado uma propriedade pessoal de Leopoldo



Estátua do rei Leopoldo II retirada em Antuérpia

– descendente da dinastia alemã Saxe-Coburgo-Gota –, que escravizou a população negra inicialmente para a exportação do marfim e, posteriormente, para a produção de borracha, fazendo desta exploração a grande riqueza da Bélgica.

São inúmeros os relatos de matanças, mutilações, e estupros. Escravos que não atingiam a meta de produção determinada tinham as mãos decepadas. Sanguinários abusos e violências com requintes de crueldade por parte do rei foram eternizadas em clássicos da literatura como O Coração das Trevas (1902), de Joseph Conrad.

No final do século 19, a situação era tão grave que um missionário, John Hobbs Harris decidiu escrever ao principal agente de Leopoldo no Congo, pedindo piedade para a população negra. “Acabo de voltar da vila de Insongo Mboyo, no

interior. A abjeta miséria e o completo abandono são realmente indescritíveis. Fiquei tão comovido, Excelência, com as histórias das pessoas que tomei a liberdade de prometer a elas que, no futuro, Sua Excelência só as mataria por crimes que elas tivessem cometido”, suplicou.

Na cidade de Ghent, o monarca em bronze foi pintado de vermelho e recebeu um capuz no rosto, com as palavras “não consigo respirar”, a mesma frase dita por George Floyd – o negro covardemente assassinado por policiais brancos na cidade norte-americana de Minneapolis, em 25 de maio.

Em Bruxelas, a estátua do rei foi cercada na praça do Trono, sendo escritas palavras de ordem na base e outros manifestantes escalarão o monumento entoando “assassino” e empunhando a bandeira do Congo.

Moreno usa desastre diante da Covid para exacerbar o arrocho sobre equatorianos

O presidente do Equador, L. Moreno, aproveitando-se da pandemia do Covid-19 justificou um corte de mais de 4 bilhões de dólares no orçamento nacional. A medida provocou a redução da jornada de trabalho e de salários para milhares de trabalhadores, “quando o governo não está fazendo nada para combater a doença”, afirmou Richard Gomez, presidente da Central Unitária dos Trabalhadores, CUT.

O Equador é o terceiro país em número de mortes na América Latina, depois do Brasil e do Peru, e o quarto em contágios segundo dados da Universidade Johns Hopkins, entidade que acompanha de perto a evolução da pandemia a escala mundial.

Segundo a tabela do portão Worldometer, tem 221 mortes por milhão, portanto pior do que Brasil (187) e do Peru (179) neste quesito.

O governo ainda facilitou as demissões no setor privado com indenizações mínimas, questionadas pelo conjunto da sociedade.

Moreno considera que para combater a crise econômica que o país atravessa e que já estava plenamente instalada

antes do coronavírus, se deve cortar os gastos e investimentos públicos. Assim, a chegada da doença lhe deu argumento para o atual arrocho. Em meados de maio anunciou que reduziria a massa salarial do Estado em 980 milhões de dólares e que eliminaria sete empresas públicas, entre elas a companhia aérea TAME. Nos meses da pandemia já se perderam mais de 150 mil empregos formas, além dos milhares de precários e sem registro.

Com os trabalhadores ameaçados de fome e com o corte de seus direitos mais elementares, as entidades sindicais romperam as medidas de isolamento e tomando todos os cuidados possíveis saíram às ruas na terça-feira passada. “Moreno estabelece medidas regressivas que violentam direitos constitucionais dos trabalhadores. Por isso temos saído para dizer ao governo que não aceitamos essas reformas. Sua irresponsabilidade coloca em risco a vida das pessoas”, declarou Richard Gomez, no jornal de notícias da rede de televisão Ecuavisa. “Temos grupos que até há poucos meses tiraram do país centenas de mi-

lhões de dólares e agora demitem companheiros com cinco, dez e até quinze anos de antiguidade. E estão lhes pagando indenizações absurdas. O que há aí é safadeza”, assinalou o líder sindical.

“Grandes empresas privadas e o governo continuam esvaziando os recursos do Estado, algo que para uma economia dolarizada como a do Equador, que não pode emitir moeda, é quase uma ferida de morte” constatou. O país não tem moeda própria e usa o dólar desde o ano 2000.

A pergunta sobre o que foi feito com o dinheiro do orçamento, o economista Andrés Arauz do Observatório da Dolarização respondeu: “A partir das estatísticas que o Banco Central publica podemos ver que pagaram 865 milhões de dólares de capital, 71 milhões de dólares em juros e comissões, por conceito da dívida externa, à Goldman Sachs, Credit Suisse e ICBC Standard Plc”. “Enquanto o governo se atrasou com os funcionários públicos, províncias, fornecedores do Estado, seguridade social; os bancos de Wall Street foram pagos pontualmente e até de forma adiantada”, denunciou o economista.

Discrepância entre o número de mortos por Covid-19 informado aos chilenos pelo governo (3.101) e o que fez chegar à OMS o Ministério da Saúde (5.000), no mesmo dia, levou ao afastamento do ministro Mañalich

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, em meio à expansão do coronavírus anunciou no sábado, 13, a substituição do ministro da Saúde, Jaime Mañalich, pelo médico e acadêmico Oscar Enrique Paris.

Os questionamentos e denúncias contra o governo e, particularmente, contra o ex-ministro aumentaram na última semana por conta de distorções na contagem de mortos por Covid-19 no país, que seria maior do que o número divulgado. Além de críticas à forma de tratar a doença e da administração dos hospitais públicos.

A mudança ocorreu no dia em que o saldo da pandemia somou, segundo o governo, 6.509 novos casos e 231 mortos nas últimas 24 horas, aumentando para 167.355 o número de infectados e para 3.101 o de mortos desde 3 de março, quando foi registrado o primeiro caso de coronavírus neste país de 18 milhões de habitantes.

Porém, no mesmo sábado, um site de investigação chileno, Ciper, divulgou que o Ministério da Saúde havia informado à Organização Mundial da Saúde (OMS) que cerca de 5.000 mortes no país estavam ligadas ao novo coronavírus, superando em quase 2.000 os 3.101 casos reportados pelo governo. O departamento de estatística do Ministério da Saúde confirmou números à OMS de pessoas que morreram após testes positivos para o novo coronavírus e também de mortes suspeitas de estarem ligadas a Covid-19, a doença respiratória causada pelo novo coronavírus.

Depois do Brasil e do Peru, o Chile é o país com mais casos confirmados da doença na América Latina.

Os presidentes dos principais partidos da oposição exigiram em carta aberta uma mudança de estratégia para enfrentar a pandemia, assim como a renúncia de Mañalich porque, “tem perdido credibilidade e confiança”.

“Não só estamos frente a um

descontrole total da pandemia, como também ante dados públicos que diferem dos reportados, o que atenta gravemente contra a credibilidade pública, pelo que estamos em uma situação de risco total”, afirmaram os líderes do Partido Socialista (PS), Democracia Cristã (DC), Partido Pela Democracia (PPD), e Partido Comunista, entre outros.

Desde o início da pandemia, Mañalich rejeitou reiteradamente o isolamento total na capital, Santiago, e aplicou quarentenas que chamou de “estratégicas e dinâmicas”, isolando só as comunas (bairros) com mais contágios. E resistiu a mudar mesmo quando houve um grande aumento de casos no início de maio.

“O Chile sob controle de Mañalich acabou estourando estas semanas com hospitais colapsados, aviões do exército enviando doentes críticos a hospitais como o regional de Concepción (a 434 quilômetros de Santiago), mortos que passam dias nas casas (ao menos dois casos foram divulgados pela TV quando retirados)”, expôs Juan Ramírez Figueroa em reportagem desde Santiago do Chile, publicado pelo jornal Página 12.

E assinala que frente às imprecisas informações entregues pelo governo Piñera, a melhor forma de manter-se informado do avanço do Covid-19 no país é através das redes sociais e dos meios independentes, plataformas onde tanto médicos como infectados pela doença, contam suas realidades e se chocam com a estratégia de comunicação governamental que desde o verão passado intenta baixar o perfil da pandemia.

A cidade de Santiago, principal foco e onde a rede hospitalar está no limite, está em quarentena total até 19 de junho e possivelmente se estenderá. As cidades de Valparaíso e Viña del Mar iniciaram neste sábado sua primeira quarentena desde o início da crise sanitária, com o que quase 50% dos habitantes do país estão atualmente em isolamento.

Alemanha, Jordânia e Palestina: “Deter a anexação é prioridade”

“Deter a anexação [do Vale do Jordão] é prioridade”, afirmam em declaração conjunta, divulgada na quarta-feira, dia 10, os ministros do Exterior da Alemanha e da Jordânia e o primeiro-ministro da Palestina.

Os ministros do Exterior da Alemanha, Heiko Maas, e da Jordânia, Ayman Safadi, encontraram-se na capital jordaniana de Amã e falaram por videoconferência com o primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh.

O ministro do Exterior alemão esteve na Jordânia um dia depois de sua visita a Israel onde esteve com o primeiro-ministro Bibi Netanyahu, o vice-premiê Benny Gantz e o ministro do Exterior Gabi Ashkenazi.

Nos encontros com os israelenses, Maas alertou que a anexação unilateral do Vale do Jordão, prevista para o dia 1º de julho tencionaria as relações Israel/União Europeia.

Maas disse a Netanyahu que “a Alemanha não é entusiasta de sanções a Israel”, mas outras nações podem determinar medidas restritivas e também aprovar o reconhecimento unilateral do Estado da Palestina.

Na declaração conjunta, Alemanha, Jordânia e Palestina afirmam que a anexação “fere a Lei Internacional” e “reiteram que a solução deve ser negociada e de acordo com a Lei Internacional e as resoluções da ONU”.

Os três líderes também reafirmam seu “firme compromisso com a Solução dos Dois Estados e se dispõem a ajudar nas negociações que levam a ela”.

Estes movimentos por parte do governo alemão acontecem ao mesmo tempo em que o parlamento da Bélgica aprova moção pedindo ao governo o reconhecimento imediato do Estado da Palestina caso a anexação venha a ocorrer.

ROUBO E CONFLITO

À anexação do Vale do Jordão, Netanyahu quer acrescentar a

dos demais assentamentos judaicos, que é tomar posse de 30% de todo o território da Cisjordânia.

Anexar território ocupado por força de guerra por parte da potência ocupante é considerado crime de guerra de acordo com as Convenções de Genebra e também fere todas as resoluções da ONU a respeito do conflito Israel/Palestina que determinam que Israel deve devolver aos palestinos todas as terras ocupadas desde 1967, como resultado da Guerra dos Seis Dias.

Além disso, a retirada israelense também estava assinada conjuntamente pelos líderes de Israel, Yitzhak Rabin, e da Palestina, Yasser Arafat, antes do assassinato por um judeu fanático do primeiro-ministro de Israel e já havia tido início com a assinatura dos Acordos de Oslo.

A infeliz anexação destes territórios estava prevista naquilo que Trump chamou de “o Acordo do Século” que tornaria o Estado Palestino em um território retalhado sem continuidade, algo similar aos bantustões que o governo do apartheid sul-africano impôs como locais segregados de uma vida sob cerco e sem legalidade nacional ou cidadã aos negros do país. Segundo o chefe da Casa Branca, essa seria uma oferta generosa, “um grande negócio” que os palestinos não podiam deixar de aceitar.

Com esse plano, Trump buscava conseguir os votos dos judeus norte-americanos assim como dos evangélicos fanáticos que veem uma Israel “limpa de palestinos” um designio divino.

Quanto aos judeus dos EUA, a grande maioria rejeita esse assalto que enterra de vez a Solução dos Dois Estados preconizada por Rabin e Arafat e está disposta a votar no adversário de Trump, o democrata Joe Biden, que também critica o belicoso “acordo”. A maioria judaica que se opõe ao assalto Trump/Netanyahu, o presidente norte-americano chamou de “traidores de Israel”.

Chefe do Estado-Maior se desculpa por ter ido à encenação de Trump



Gen. Mark Milley é chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA

Prefeita de Seattle reage às ameaças de intervenção de Trump: "volte a seu bunker"

"Deixe-nos seguros: volte para o seu bunker", respondeu a prefeita de Seattle Jenny Durkan após ameaça do presidente Trump, pelo Twitter, de invadir a cidade para aplastar uma manifestação pacífica que o New York Times descreveu como um misto de "festival de rua e comuna" e nomeada pomposamente como "Zona Autônoma do Capitólio Livre", na frente de um prédio de distrito policial abandonado, e onde não haveria necessidade de polícia, segundo os 500 participantes.

"O governador de esquerda radical Jay Inslee [o governador de Washington] e a prefeita de Seattle [Jenny Durkan] estão sendo ridicularizados e ignorados a um nível que nosso grande país nunca viu antes. Recuperem sua cidade agora. Se não, eu irei. Isso não é um jogo. Esses anarquistas feios devem ser parados imediatamente. Movam-se rápido!", tuitou Trump.

A declaração da prefeita se referia ao episódio, no quinto dias dos protestos contra o linchamento de George Floyd por um policial racista, em que o presidente foi conduzido às pressas pelo serviço secreto para o bunker subterrâneo da Casa Branca, diante da indignação que campeava nas ruas da capital dos EUA. Mais tarde, Trump asseverou não foi se esconder no bunker, mas "inspecionar".

Premiê italiano depõe ao MP sobre medidas do governo no enfrentamento à pandemia

O primeiro-ministro da Itália, Giuseppe Conte, depôs na sexta-feira para o Ministério Público, para dar explicações acerca das decisões adotadas ao longo da pandemia do coronavírus – como a de não ter isolado imediatamente a região de Bérghamo, assim como da manutenção de atividades já com casos detectados – entre as falhas que levaram à morte de mais de 34 mil pessoas.

Por mais de três horas a promotora Maria Cristina Rota conduziu o interrogatório, realizado na sede do governo do país, ouvindo opiniões e informações ainda sem atribuir responsabilidade de delitos pela mortandade. Além de Conte, foram convocados a prestar esclarecimentos a ministra do Interior, Lúcia Lamorgese, e da Saúde, Roberto Speranza, igualmente envolvidos no fracasso no combate à Covid-19. No final de maio também foram interrogados o governador da região, Attilio Fontana, e o conselheiro local de Saúde, Giulio Gallera.

A partir de uma série de depoimentos, o Ministério Público busca identificar as razões pelas quais a Lombardia, no norte do



Manifestantes na área do Capitólio Livre em Seattle

"Um homem totalmente incapaz de governar deve ficar fora dos assuntos do estado de Washington", escreveu Inslee, que aproveitou para zombar de um erro de digitação de Trump no tweet do "se não, eu irei".

Mesmo esse "se não, eu irei", era para alegrar os corações dos fanáticos dele, que estão em estado de choque por verem estátuas confederadas derrubadas e por terem de ocultar aquelas fantasias de kukluxman.

Afinal, "Eu não devia estar lá", havia acabado de dizer o chefe do Estado Maior dos EUA, general Mark Milley, pedindo desculpas por ter se envolvido na foto-encenação de Trump, na frente de uma igreja episcopal, depois de uma manifestação pacífica ser varrida no porrete,

gás lacrimogêneo e bala de borracha. Em coletiva de imprensa na quinta-feira (11) a prefeita Durkan acrescentou que "a ameaça de invadir Seattle – dividir e incitar a violência em nossa cidade – não só não é bem-vinda, seria ilegal". Como ela destacou, a esmagadora maioria dos protestos em Seattle foi pacífica e uma das coisas que Trump jamais entenderá é que "ouvir a comunidade não é fraqueza, é força".

"Protestos pacíficos são fundamentalmente americanos, e estou esperançoso de que haja uma resolução pacífica", disse o governador Inslee, que lembrou que ainda "estamos em uma pandemia" e que isso precisa ser levado em conta. Leia mais em www.horadopovo.com.br



Ministério Público ouve o premiê Giuseppe Conte

país, se transformou na mais afetada da Itália pela propagação do novo coronavírus – especialmente em Bérghamo –, e se houve responsabilidade política na tragédia sanitária.

A Lombardia, que tem Milão como capital, é a região mais afetada na Itália, com 91 mil dos 236 mil contágios registrados em território. As mortes chegam a 16 mil, de todas as 34 mil ocorridas. Somentes em Bérghamo, ocorreram oficialmente cerca de 2,8 mil óbitos, mas a prefeitura projeta que os números reais podem chegar a 6 mil.

Neste sábado, Conte deu início a uma conferência com representantes de instituições e parceiros para debater novos projetos econômicos, em que admitiu que a Itália está "passando por um choque sem precedentes, com custos humanos, sociais e econômicos muito altos". Sem reconhecer sua responsabilidade pela atual situação, limitou-se a dizer que o país não pode ter "o luxo de voltar ao status quo que precedeu essa crise" e que "o relançamento da economia deve se enquadrar em uma estrutura geral e estar conectado ao esforço coletivo europeu".

Congresso da Bolívia aprova eleições para 6 de setembro

O parlamento boliviano, Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP), aprovou a realização de eleições gerais em 6 de setembro deste ano.

O pleito vai eleger o presidente da Bolívia – a atual presidente Janine Añez é provisória e autoproclamada – assim como o vice-presidente, deputados e senadores, uma vez que a última eleição foi anulada.

A data anterior prevista para as eleições era 3 de maio mas, devido à crise provocada pela pandemia, elas haviam sido prorrogadas sem data.

A atual decisão, proclamada pelo parlamento no dia 10, foi fruto de um acordo entre os diversos candidatos e os partidos pelos quais concorrem, incluindo o Movimento Al Socialismo (MAS), de Luis Arce, que lidera a disputa segundo pesquisas.

O acordo, uma vez firmado no início de junho, foi levado ao Tribunal Supremo Eleitoral que, por sua vez, o apresentou ao Congresso para aprovação. O presidente do TSE boliviano, Salvador Romero, saudou o entendimento e disse crer que a presidente interina, que também é uma das concorrentes, o promulgará.

Antes desse acordo, havia um impasse pois o MAS, que tem maioria no parlamento, havia aprovado, no dia 30 de abril, a data de 2 de agosto para o pleito, o que não foi aceito pelos demais candidatos.

Com o impasse agora superado espera-se que Añez o promulgue. Salvador Romero já informou que assim que ela o fizer começarão a ser tomadas medidas para a realização das eleições na data determinada.

LUIS ARCE

O candidato do partido MAS, Luis Arce, destacou: "Viabilizamos este acordo para que possamos ter o cuidado com a saúde, em primeira instância, mas também para dar a certeza a todos os bolivianos e bolivianas de que este ano haverá eleições e que elas se realizarão em 6 de setembro. Esperamos que o presidente do TSE tome as decisões para que a data se cumpra".

Embora ainda não tenha promulgado a decisão, Añez já publicou uma mensagem dizendo "aceitar a decisão", mas pediu que "se escutem especialistas em saúde" antes de que a data seja determinada.

Somente o partido Creemos, de Fernando Camacho, o principal organizador dos distúrbios, ainda em plena vigência do governo anterior, na região de Santa Cruz, distúrbios que se alastraram antes da autoproclamação de Añez, se negou a aceitar o acordo.

O ministro interino da Presidência, Yerko Núñez, ainda tenta tumultuar a decisão dizendo que se "houver consequências e danos à saúde" o responsável será o MAS.

Os partidos aguardam a promulgação por Añez mas, se ela não o fizer, a presidente do Senado, Eva Copa, poderá realizar a promulgação, conforme ela própria informou.



Ri Son-gwon, chanceler norte-coreano

Coreia Popular condena Washington por 'alimentar o espectro da guerra nuclear'

O governo da Coreia Popular disse nesta sexta-feira que, com a adoção de políticas hostis por parte de Washington, inclusive alimentando o "fantasma da guerra nuclear" na península, não vê qualquer sentido em continuar mantendo boas relações com o presidente estadunidense, Donald Trump.

Na avaliação do governo norte-coreano, a adoção de políticas hostis por parte da Casa Branca determina a construção de uma força "mais confiável" para o enfrentamento às ameaças militares dos Estados Unidos.

No segundo aniversário do encontro entre o líder norte-coreano, Kim Jong-un, e Donald Trump, realizado em Cingapura, o ministro de Relações Exteriores da Coreia Popular, Ri Son-gwon, questionou a continuidade da política de aperto de mãos, "pois vemos que não há melhoria objetiva nas relações" entre os dois países.

O chanceler norte-coreano destacou que a esperança nas negociações entre Pyongyang e Washington, que "está no ar" há dois anos, agora se converteu em um desespero "caracterizado por uma "de-

teriorização em espiral". O desejo de ambos os povos de acabar com a confrontação é o de abrir uma nova era de paz e prosperidade, um sentimento "tão profundo como sempre", declarou Ri Son-gwon, mas na prática a situação na península coreana está piorando cada dia, com os EUA "empenhados em agravá-la".

Conforme o diplomata, com a postura belicista norte-americana, a península coreana "se converteu no ponto mais perigoso do mundo, perseguido ininterruptamente pelo fantasma da guerra nuclear".

Ri alertou que faz parte da "crua realidade de nossos dias" o fato de que Pyongyang "ainda está na lista de objetivos" dos EUA para um ataque nuclear preventivo, ao mesmo tempo em que "todo tipo de ferramentas de ataque nuclear" em poder de Washington estão apontando "diretamente" à Coreia do Norte.

A menos que os Estados Unidos ponham fim à política hostil ao país asiático, alertou o diplomata coreano, Washington "seguirá sendo uma ameaça a longo prazo para o nosso estado, nosso sistema e nossa gente", ressaltou.

"Eu não deveria ter estado lá. Minha presença naquele ambiente criou a percepção dos militares envolvidos na política interna", afirmou Mark Milley em discurso na Universidade de Defesa Nacional

O chefe do Estado-Maior Conjunto das forças armadas dos EUA, general Mark Milley, pediu desculpas por aparecer na célebre foto da caminhada para que Donald Trump posasse com uma Bíblia na porta de uma igreja episcopal, depois da violenta repressão a uma manifestação pacífica na Praça Lafayette, fora da Casa Branca.

Em discurso pré-gravado divulgado na quinta-feira (11), o general reconheceu o ato como um "erro" e disse que sua presença "criou uma percepção dos militares envolvidos na política doméstica". Na foto, Milley trajava uniforme de combate. Também fazia parte da escolta de Trump o secretário do Pentágono, Mark Esper.

"Eu não deveria ter estado lá. Minha presença naquele momento e naquele ambiente criou uma percepção dos militares envolvidos na política interna", afirmou Milley no discurso endereçado a um grupo de graduados da Universidade de Defesa Nacional.

"Como líderes seniores, tudo o que vocês fizerem será observado de perto. E eu não sou imune. Como muitos de vocês viram, minha foto na Praça Lafayette na semana passada provocou um debate nacional sobre o papel dos militares na sociedade civil", assinalou o chefe do Estado-Maior.

Na verdade, um repúdio generalizado das lideranças políticas e das entidades pró-liberdades civis, e que forçou os mais destacados ex-comandantes militares do país e praticamente todos os ex-secretários do Pentágono dos quatro últimos governos a virem a público repelir os arroubos fascistas de Trump, recém automeado "presidente da lei e da ordem" e que ameaçava passar por cima dos governadores enviando tropas contra manifestantes, sob uma lei de 1807.

Em seu discurso, Milley também abordou o evento que provocou os protestos, o linchamento de George Floyd pela polícia de Minneapolis, bem como os desafios do racismo na sociedade americana e nas fileiras militares. "Estou indignado com a morte sem sentido e brutal de George Floyd. Sua morte ampliou a dor, a frustração e o medo que muitos de nossos compatriotas americanos vivem dia após dia", destacou.

Partiu do ex-secretário de Defesa do atual governo, general de marines James Mattis, a mais contundente reprovação ao uso de tropas militares contra manifestantes, que Trump vinha exigindo, tendo até tirado da tumba o grito de guerra segregacionista de "quando começam os saques, começam os tiros [no povo]".

Ao falar de seu juramento de oficial militar de respeitar a Constituição, Mattis disse que jamais pensou que "tropas que fizeram esse mesmo juramento seriam ordenadas sob qualquer circunstância a violar os direitos constitucionais de seus concidadãos — muito menos para fornecer uma foto bizarra para o comandante-em-chefe eleito, com a liderança militar ao lado".

Mattis também condenou "qualquer pensamento de nossas cidades como um 'espaço de batalha' que nossos militares uniformizados são chamados a 'dominar' — termos em que Trump se referira à situação.

"Em casa, devemos usar nossos militares apenas quando solicitados, em raras ocasiões, pelos governadores estaduais", afirmou Mattis, quando o ultimato de Trump aos governadores foi de que "dominassem" os manifestantes, ou ele próprio o faria, com tropas federais.

De passagem, Mattis lembrou o juramento da Normandia, contra a estratégia nazista de "dividir para reinar". E concluiu acusando

Trump de "ser o primeiro presidente dos EUA que não tenta unir os americanos, nem mesmo finge tentar".

Não se tratava de uma discussão menor, já que Trump acionou para a capital tropas de uma das principais forças de ataque dos EUA, a 82ª Divisão Aerotransportada, falou em "10 mil soldados", despachou helicópteros e drones contra manifestantes e deslocou forças sem identificação para a guarda da Casa Branca.

Ainda, antes de posar para a foto com a Bíblia, em cadeia nacional Trump chamou os manifestantes de "terroristas", "saqueadores", "incendiários" e "antifas".

O secretário de Defesa, Mark Esper havia ficado contra o uso das tropas federais sob a lei de 1807, defendendo que as operações ficassem, como é o procedimento normal nos EUA nessas situações, a cargo da Guarda Nacional por pedido dos governadores.

O uso de soldados ativos para patrulhar cidades dos EUA, disse Esper, deve ser um "último recurso e apenas nas situações mais urgentes e terríveis. Não estamos em uma dessas situações agora".

Esper também já lamentara ter caminhado ao lado de Trump na operação "Tira Foto com a Bíblia", que certas redes sociais apelidaram de "marcha a Jericó de Trump".

"Eu não estava ciente de que uma foto-op [foto para propaganda] estava acontecendo", admitiu, acrescentando que tenta "ficar fora de situações que podem parecer políticas, e às vezes eu sou bem sucedido em fazer isso, e às vezes eu não sou tão bem sucedido".

O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, David Goldfein, também se manifestou no calor dos acontecimentos, contra usar tropas para esmagar manifestações. Quase 90 ex-altos mandos e os ex-chefes do Pentágono, de governos republicanos e democratas, Leon Panetta, Chuck Hagel, Ash Carter e William Cohen, repudiaram a ação de Trump.

Também se pronunciaram contra a repressão maquiada às manifestações, e a favor da empatia para com a dor causada pelo linchamento de um cidadão que suplicava "não consigo respirar" todos os quatro ex-presidentes vivos, W. Bush, Jimmy Carter, Bill Clinton e Barack Obama.

O ex-chefe do Estado-Maior Conjunto, almirante Michael Mullen, disse que tinha se tornado impossível para ele manter o silêncio diante do atropelo na Praça Lafayette. "Chegamos a um ponto de inflexão. Seja qual tenha sido o seu objetivo em fazer a visita, Trump deixou claro seu desdém pelo direito ao protesto pacífico e coloca em risco de politização aos homens e mulheres de nossas Forças Armadas".

A amplitude das manifestações nas ruas e o repúdio nos altos mandos acabaram por isolar Trump e seus arreganhos fascistas.

Passado o complexo momento, agora o chefe do Estado-Maior Milley considera, quanto às manifestações contra o linchamento de George Floyd, que "todos devemos nos orgulhar de que na grande maioria foram pacíficas".

"Os protestos que se seguiram não só falam de sua morte, mas também dos séculos de injustiça contra afro-americanos", assinalou, acrescentando que "nunca introduzimos tropas federais nas ruas da América como resultado dos esforços combinados da Guarda Nacional e da aplicação da lei para acabar com a violência e desescalar situações muito tensas".

O general Milley também se expressou sobre a desigualdade dentro do exército dos EUA. "Apenas 7% dos oficiais são afro-americanos".

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

A República e a formação do caráter nacional - (10)

Continuação da edição anterior

Em sua agonia, não há mais, na monarquia, um Euzébio de Queirós, um visconde do Rio Branco ou um Caxias – que se recolheu à sua propriedade, na província do Rio de Janeiro, na estação de Desengano, hoje no município de Valença

CARLOS LOPES

Benjamin Constant, desde 1882, saíra da Sociedade Positivista, e desde 1885 rompera completamente qualquer relação com os positivistas.

Quem disse isso foi Teixeira Mendes, o segundo dirigente do Apostolado Positivista (o primeiro era Miguel Lemos), em seu livro sobre Benjamin Constant:

“... *divergências essenciais, no modo de apreciar a conduta que Augusto Comte impõe atualmente a seus discípulos, haviam determinado afinal entre o Apostolado Positivista do Brasil e o ilustre morto [Benjamin Constant] um rompimento completo de relações, que durou até a insurreição republicana*” (cf. R. Teixeira Mendes, “**Benjamin Constant – Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira**”, 2ª ed., Apostolado Positivista do Brasil, 1913, p. IX).

O livro de Teixeira Mendes procura mostrar que Benjamin Constant rompeu com a Sociedade, depois Apostolado Positivista, porque seu conhecimento da “doutrina do Mestre”, isto é, Comte, era superficial.

É uma obra irritante de se ler – mas não tanto por isso. Imagine o leitor um livro que, em vez de usar o calendário normal, usa o “calendário positivista”, elaborado por Comte, uma doídice com 13 meses, denominados *Moisés, Homero, Aristóteles, Arquimedes, Júlio César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutenberg, Shakespeare, Descartes, Frederico e Bichat*.

Nem o próprio Teixeira Mendes parece convencido dessa genial invenção do “Mestre”, tanto assim que, ao lado da data positivista, coloca a data do calendário gregoriano. Por exemplo:

“*Na carta em que se desligou do nosso apostolado dizia o futuro organizador da revolução de 11 de Frederico (15 de Novembro)...*” (cf. **op. cit.**, p. 245).

Mesmo assim, isso torna irritante a leitura do livro, pois as datas aparecem assim a todo momento – ou em todo lugar.

Sobre a influência do positivismo – isto é, dos sacerdotes do positivismo – na revolução republicana, Teixeira Mendes é claro:

“*Nós estávamos alheios a tudo quanto se tramara. Não aconselhamos e nem aconselharíamos a revolta, porque seria infringir os preceitos de nosso Mestre*” (cf. **op. cit.**, p. 359).

Uma declaração que corresponde ao que escreve Luiz Gama sobre os positivistas de São Paulo (v. a parte anterior deste trabalho: **A República e a formação do caráter nacional (9)**).

Entretanto, isso não quer dizer que Comte e suas obras deixassem de ter influência, não apenas sobre Benjamin Constant, mas sobre outros republicanos. Inclusive sobre aqueles, como Silva Jardim e Júlio de Castilhos, que, quanto à revolução, estavam muito longe dos “preceitos de nosso Mestre”.

É necessário, então, perceber por que o positivismo teve tanta influência no Brasil.

Trata-se de um fenômeno

semelhante ao de Hegel, na Alemanha: em um meio que parecia estagnado, parado, inamovível, os jovens brasileiros receberam as obras de Comte como a descoberta de que o mundo – e a sociedade brasileira, portanto – era mutável, podia mudar, devia mudar e estava mudando.

Comte não era um Hegel – mas era o que havia por aqui, em uma sociedade onde a segunda língua da elite era o francês. Havia poucos cultivadores do alemão, e esses, como é o caso de Tobias Barreto, não entusiasmavam muita gente (v., de Tobias, os seus “**Estudos Alemães**”, Typ. Central, Recife, 1883; nesse aspecto, o julgamento de Agripino Grieco sobre a chamada “escola do Recife” parece justo; a única exceção à mediocridade foi o inventor do termo “escola do Recife” – Sílvio Romero).

A posterior transformação do positivismo em uma religião, onde a letra escrita de Comte era dogma, artigo de fé, não podia deixar de ter repercussão sobre esses homens.

Como diz o próprio vice-sumo sacerdote da seita:

“... *o procedimento do Sr. Laffitte combinava-se com a marcha que espontaneamente seguira Benjamin Constant na adaptação do Positivismo ao Presente. A supremacia dada ao ponto de vista intelectual por aquele que usurpara o título de sucessor do primeiro Pontífice da Humanidade, coincidia com as preocupações pedagógicas de Benjamin Constant*” (Teixeira Mendes, **op. cit.**, p. 261, grifo nosso).

Pierre Laffitte foi o principal dos 13 testamentários de Auguste Comte, falecido em 1857. As modificações que propôs na doutrina positivista, rejeitadas pela ala dita “ortodoxa”, provocaram a fragmentação dos positivistas. Daí, o Apostolado no Brasil, considerar Laffitte um “usurpador” – relacionando Benjamin Constant como um seguidor, ainda que espontâneo, do apóstata francês.

Em relação a Benjamin Constant, o importante, no trecho do ortodoxo Teixeira Mendes, é que ele considera como divergência “a supremacia dada” por Benjamin “ao ponto de vista intelectual”, isto é, a supremacia da razão, algo impossível de manter em uma religião.

No caso, uma religião bastante sectária. Por exemplo:

“... *viemos a saber da leviandade com que um discípulo de Benjamin Constant, na presença deste, e por ocasião de um concurso, ousara, como examinador, taxar de errônea uma opinião matemática de Augusto Comte, acrescentando que fora o suposto erro corrigido pelo distinto professor. Na tarde mesmo desse dia procuramos Benjamin Constant, que nos recebeu com a cordialidade de outros tempos, e patenteou-se-nos vivamente contrariado com o que se dera. Disse-nos quanto não ficara desapontado ao ouvir as palavras do seu discípulo, e teve a delicadeza de expor-nos com a sua habitual singeleza as suas dúvidas sobre a questão de que se tratava*” (Teixeira Mendes, **op. cit.**, p. 262).

O resultado dessa sinceridade de Benjamin Constant foi um panfleto dos positivistas do Apostolado contra ele, pelo



pecado de duvidar de algo dito pelo “primeiro Pontífice da Humanidade” (v. *A propósito de uma pretendido erro de Augusto Comte, Carta ao Sr. Dr. B. C. Botelho de Magalhães*, Rio 97, isto é, 1885).

Mas é importante, apesar disso, ressaltar que a influência do positivismo no Brasil se deu pelo contato de uma geração de brasileiros com uma filosofia que, com todas as suas limitações, justificava a mudança.

O caminho posterior – o de fundar uma religião – era, em verdade, a negação do anterior; a negação da mudança, diante de um mundo em que outras filosofias assumiam o papel que, no Brasil, fora antes do positivismo – e de maneira muito mais radical e científica.

Um exemplo tardio dessa transição filosófica é a obra de Leônidas de Resende, pretendendo conciliar o pensamento de Comte com o pensamento de Marx (v. a reedição que o Senado, em 2011, fez de sua principal obra, “**A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**”, de 1932).

Todos esses debates e polémicas, no entanto, passavam ao largo da monarquia – e, inevitavelmente, na medida em que se tornou um obstáculo, voltaram-se contra ela.

A decadência da monarquia teve uma faceta intelectual, mais propriamente, anti-intelectual: a deprimente e retilínea mediocridade. A medida que o tempo corria, os meios políticos – e econômicos – cada vez mais se assemelhavam à sua figura central. A correspondência de Pedro II com um charlatão racista como o conde de Gobineau – para quem não somente os negros, mas os latinos, eram inferiores e “degenerados” em

relação aos “arianos germânicos” – mostra a ideia que ele tinha de ciência. A rigor, nenhuma: apenas fazia uso do imenso prestígio que a ciência conquistara no século XIX. Algo que, hoje em dia, seria chamado “marketing”.

Em sua agonia, não há mais, na monarquia, um Euzébio de Queirós, um visconde do Rio Branco ou um Caxias – que se recolheu à sua propriedade, na província do Rio de Janeiro, na estação de **Desengano**, hoje no município de Valença.

Almeida Nogueira – que foi várias vezes deputado pelo Partido Conservador, e, na República, foi constituinte – em um dos volumes (são, ao todo, nove!) da sua coleção de fatos pitorescos sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, conta uma história de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (não o irmão, mas o neto de José Bonifácio):

“*Ainda quando moribundo, observou a um dos filhos: — Vives a estudar, e isso na política do Brasil é prejudicial. Olha como o Saraiva continua feliz na vida política, e como o Chico Sodré e o Moura têm sempre escapado de ser presos por crime de imbecilidade!*” (cf. Almeida Nogueira, “**A Academia de S. Paulo – Tradições e Reminiscências**”, 2ª série, 1907, p. 133).

É a “Teoria do Medalhão”, que Machado de Assis publicou em 1881, nas palavras de um homem que foi deputado, várias vezes, ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Justiça durante a monarquia – e não era mediocre.

Notemos que Martim Francisco está se referindo a uma das supostas glórias do seu próprio partido – o conselheiro Saraiva. Os outros (Francisco Sodré e João de Moura), que foram ministros no Império, também.

Entre o fim do último Gabinete Caxias (janeiro de 1878) e a Proclamação da República

(novembro de 1889) houve 10 Gabinetes imperiais.

Inclusive aquele chefiado por Martinho Campos, que se dizia “*escravocrata da gema, sempre, com muito orgulho. É dever meu sê-lo... hei de saber cumpri-lo*”.

Martinho Campos, cujo programa era apenas manter a escravidão, não era conservador. Era um dos principais deputados – líder da bancada, presidente da Câmara – depois senador, do Partido Liberal.

O “escravocrata da gema” sucedera a Saraiva em janeiro de 1882.

Quanto a este, que, depois, voltaria à presidência do Conselho de Ministros – substituindo a exceção nessa feira de mediocridades, o senador Dantas –, era o expoente da política do “**não cogito**”, em relação ao fim da escravidura.

Saraiva, aliás, pretendia que “**não cogitar**” da Abolição não era contraditório com ser abolicionista. Pelo contrário, mantendo a escravidão, ele queria que se reconhecesse nele um “emancipador” dos escravos – e, até mesmo, queria cassar o direito de outros a colocar em dúvida tal condição.

Na Câmara, respondendo ao então deputado Joaquim Nabuco:

Sr. SARAIVA (presidente do Conselho de Ministros): “Desde o princípio da sessão o nobre deputado por Pernambuco anuncia o seu propósito, desde o princípio da sessão declarei que não cogitaria desta questão. (Apoiados.) E não cogitaria desta questão por um motivo que mais de uma vez declarei à Câmara. O nobre deputado interpretou essa declaração do governo de um modo que eu não esperava. “Quando o atual presidente do Conselho [ele mesmo, Saraiva], que foi quem aconselhou ao



Benjamin Constant, em homenagem da Revista Ilustrada, de Angelo Agostini, nº 604, outubro de 1890

ilustre pai do nobre deputado que inserisse no programa liberal a emancipação do elemento servil, vem declarar que não cogita agora dessa questão, necessariamente há de ser porque tem a convicção perfeita e bem fundada de que é inoportuno tratar do assunto. (Apoiados.)

(...)

“... **o que o nobre deputado não tem direito de articular é que deixam de ser emancipadores os que, falando como eu, dizem: — não queremos tratar agora desta questão.** (Apoiados.)

“Ora, toda a argumentação do nobre deputado funda-se nesse pressuposto, evidentemente falso, de que deve ser considerado escravocrata qualquer deputado ou ministro que venha dizer no Parlamento: – Não cogito atualmente desta questão.

“E sabe a Câmara por que não cogito dessa questão? A razão é simples: é porque o meu papel não é o do nobre deputado. S.Ex. é um membro do Parlamento, sem a responsabilidade do governo: pode aventar as questões que lhe pareçam; pode arriscar perante a Câmara as ideias que julgue boas ou úteis; mas o ministro que dirige a política do Império não tem o direito de enunciar um pensamento que não se ache de harmonia com o pensamento da Nação” (cf. **Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados**, 1880, Volume IV, p. 501, sessão em 2 de setembro de 1880, grifo nosso).

Com o país, àquela altura dos acontecimentos, quase conflagrado contra a escravidão – tanto que ele mesmo, senhor de escravos do engenho de Pojuca, na Bahia, tenta se passar por “emancipador” –, Saraiva diz que entrar em “harmonia com o pensamento da Nação” é manter a escravidura.

De onde se pode concluir que a Nação, o Brasil, para ele, era composto pelos donos de escravos.

Sua posição é exatamente a mesma em 1885, quando Pedro II trocou o senador Dantas por ele, na presidência do Conselho – daí, a Lei Saraiva-Cotegipe (a indecente “lei dos sexagenários”).

Entretanto, Saraiva, como Martinho Campos, também não era um conservador.

Era um dos principais dirigentes do Partido Liberal desde 1850.

A monarquia e a escravidão se apoiam, cada vez mais, à medida que se aproximam do fim, no Partido Liberal.

Por isso, os liberais – e sua traição ao programa de 1869, escrito pelo pai de Joaquim Nabuco (emancipação dos escravos; fim do recrutamento forçado; fim da Guarda Nacional; reforma judiciária; e reforma eleitoral) – tornam-se os alvos principais da denúncia dos republicanos. Aqui, é justo ressaltar, nessa época, o papel de Campos Sales.

Continua no site e na próxima edição